

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JOSIANE STIMAMIGLIO

O MEDO E A INSEGURANÇA COMO CONSEQÜÊNCIA DA  
DESMOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA-  
UMA PERSPECTIVA DENTRO DO FÓRUM DO MACIÇO DO  
MORRO DA CRUZ

  
Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 02/12/04

FLORIANÓPOLIS

2004

**JOSIANE STIMAMIGLIO**

**O MEDO E A INSEGURANÇA COMO CONSEQÜÊNCIA DA  
DESMOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA-  
UMA PERSPECTIVA DENTRO DO FÓRUM DO MACIÇO DO  
MORRO DA CRUZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Raúl Burgos.

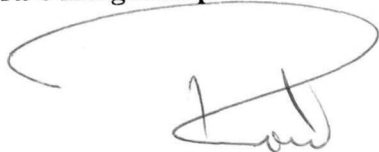
**FLORIANÓPOLIS  
2004**

**JOSIANE STIMAMIGLIO**

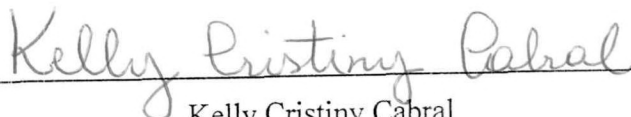
**O MEDO E A INSEGURANÇA COMO CONSEQÜÊNCIA DA  
DESMOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA-  
UMA PERSPECTIVA DENTRO DO FÓRUM DO MACIÇO DO  
MORRO DA CRUZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

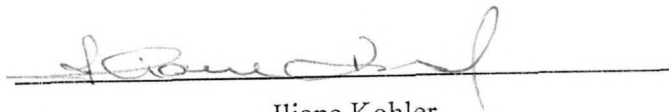
**A Comissão Examinadora é integrada pelos membros:**



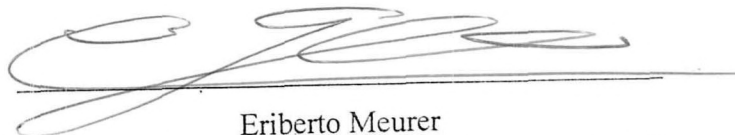
Raúl Burgos  
Professor Orientador



Kelly Cristiny Cabral  
Assistente Social



Iliane Kohler  
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC



Eriberto Meurer  
Professor do Departamento de Sociologia – UFSC

Florianópolis, novembro de 2004.

*Aos meus pais, Ademar e Selma, aos meus irmãos, Junior, Marco e Marcele, e a todos aqueles que me auxiliaram e estimularam para a conclusão deste trabalho e principalmente pelo carinho, paciência e compreensão nos momentos de aflição. Em especial à Vovó Diva e ao padrinho Antônio, que na ânsia de auxiliar-me foram rezar ao lado de Deus.*

## FILHINHA !

Ame e estude  
Ensine e ajude  
Escreva e socorra  
Pesquise e desculpe

Não aponte erros, apresente soluções  
Não difunda enganos, sugira correções  
Não propague incêndios para destruir  
Derrube somente quando puder reedificar  
Saiba que o amor sem a claridade da razão se  
converte em paixão, gerando fanatismo e dor.  
Saiba também que a cultura sem amor se transforma  
em hediondez e criminalidade, dando origem a todos  
os males que se conhecem.

A inteligência que não ama se perverte  
Filhinha, quando lhe seja possível opera o bem,  
não importa à quem.  
Aja, pois, sem reagir.

Erradique a mentira sem tornar a verdade odiada.  
E lembre-se "A cada um será dado segundo as suas obras".

Enxugue o suor da ansiedade.

Guarde a lágrima da inquietação.

Amanhã, talvez, o trabalho exija suor e lágrimas em honra à felicidade de ser feliz.

Escude-se na dor dos outros e avance.

Encha a alma com a alegria de "tudo poder em Cristo".

Não se aflija com as necessidades imperiosas de abandonar as flores da ilusão,  
sofrendo os espinhos que conduzem à reflexão.

Filhinha, sem desfalecer nem reccar, repita: "Com Jesus vencerei!", e mais fácil lhe  
parecerá a redenção.

Do papai, que muito a ama.





"Recorram muitas vezes a Maria  
e nada temam".

Emilie de Villeneuve

Oi Joiane!

04.09.2002

Hoje, 04.09 = em 1983 → foi o  
dia do seu batismo. Um beijo.

Vive cada dia ao máximo. Aproveite  
tudo que puder, ou melhor, tire proveito de  
tudo. Viva a sua vida. Assim você  
poderá olhar para trás sem ressen-  
taimentos seguindo em frente confiante.

Seja você mesma — mas o melhor de  
você. Ache-se a ser diferente e seguir  
sua própria estrela... e não tenha medo  
de ser feliz. Nada acontece por acaso.

Desfrute do que é bonito. Ame com todo  
seu coração e sua alma. Acredite  
naquelas que amam você. Na hora  
da decisão, tome-a sabiamente, depois  
esqueça-a. O momento da certeza

nunca chega. Além de tudo, lembre-  
se que Deus ajuda àquelas que se  
ajudam. Comporte-se como se tudo  
dependesse de você e seja com a certeza  
de que tudo está nas mãos de  
Deus.

Te amo muito.

Sua mãe.

## AGRADECIMENTOS

À Deus... por sua infinita bondade e pelas muitas demonstrações de amor em minha vida;

Aos meus Pais... pela vida, por todo o amor, pelos ensinamentos, compreensão, carinho, pelas palavras acalentadoras e pelas broncas, pela presença constante, pela confiança e por acreditarem sempre em meu sucesso, não me permitindo desistir ou desanimar;

Aos meus Irmãos... Junior... pelo exemplo de garra e coragem na conquista dos sonhos;

Marco... por me mostrar com carinho que é preciso ânimo, insistência e dedicação para atingir os objetivos e vencer;

À minha Família... por todas as demonstrações de carinho incondicional, e por, embora distantes, me acompanharem, me incentivarem e orarem pelo meu sucesso;

Ao meu namorado Rafael... pelo carinho, paciência, companheirismo e pelo colorido em meus dias;

Aos Amigos, em especial, Caju e Pipo, Betha e Jean, Fernanda, Marcela, Jean e Anamaria... pela troca de idéias, pelos estímulos, pela valiosa cooperação até os últimos momentos deste trabalho, pelos ensinamentos e pelos momentos de descontração e alegria;

À Kelly Cristiny Cabral... pela amizade, compreensão, confiança, pelo acompanhamento competente e, principalmente, pelas lições de vida profissional, as quais são meus exemplos a seguir;

Ao FMMC... professores na caminhada profissional, onde cada qual do seu modo e com seu carisma, abriram caminhos e estabeleceram desafios que me ajudaram a chegar aqui;

Obrigada por fazerem parte de minha vida!

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ADESS	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOLIDÁRIO
CASAN	COMPANHIA CATARINANSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
CECCA	CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA
Cel.	CORONEL
CELESC	CENTRAIS ELETRICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CESUSC	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA
COHAB	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMCAP	COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL
DST	DOENÇA SEXUALMENTE TRANSMISSIVEL
ELETROSUL	CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL
FAMESC	FEDERAO DAS ASSOCIAOES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
FESPORTE	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTOS
FLORAM	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
FMMC	FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ
GT	GRUPOS DE TRABALHO
IBGE	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPUF	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
MMC	MACIÇO DO MORRO DA CRUZ
NAJUP	NUCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
NEN	NUCLEO DE ESTUDOS NEGROS
NESSOP	NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAO POPULAR



NIPP	NÚCLEO INTER-INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PHS	PARTIDO HUMANISTA SOCIALISTA
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PSDB	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PV	PARTIDO VERDE
SSPDC	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
UDESC	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
UFECO	UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Crescimento porcentual da população migrante na região em relação ao crescimento total .....	58
Quadro 2 Relatório Perfil Áreas Carentes: Ilha e Continente .....	59
Quadro 3 Registros de homicídios nas DPs da Grande Florianópolis – Cidades .....	64

Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social.

Marilda Yamamoto

## RESUMO

STIMAMIGLIO, Josiane. **O Medo e a Insegurança como Conseqüência da Desmobilização Comunitária – Uma perspectiva dentro do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.** 2004. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

A violência urbana está sendo discutida intensamente em todo o mundo, pois se trata de uma questão preocupante para toda a sociedade. Sendo um tema atual, inquietante e incontestável, principalmente nos grandes centros urbanos, tem assumido um lugar de importância nas discussões sociais, principalmente em seus aspectos geradores de medo e intranqüilidade social. O fenômeno da violência é abrangente e em seu contexto propaga o medo e a insegurança nos cidadãos que convivem diariamente com as suas manifestações. Esta insegurança generalizada e o sentimento do medo produzem efeitos deletérios contra o corpo e a pessoa humana, assim como ao próprio convívio social. Tais situações de medo e a insegurança provocada pelos altos índices de violência degeneram com estruturas tanto pessoais e psicológicas, quanto com as estruturas sociais, desmobilizando ações sociais e comunitárias. Salienta-se também neste estudo a importância da discussão e da garantia de direitos sociais assim como da necessidade de proposição de políticas públicas para a transformação da atual realidade, fazendo-se, assim, imprescindível à atuação de movimentos sociais, como também de profissionais de Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Violência. Medo. Desmobilização Comunitária e Serviço Social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>Apresentação do tema .....</b>	<b>15</b>
<b>Objetivos da pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>Objetivo geral.....</b>	<b>18</b>
<b>Objetivo específico.....</b>	<b>18</b>
<b>Justificativa .....</b>	<b>18</b>
<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO FMMC.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 O Maciço do Morro da Cruz.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 Proposição e reivindicação: constituição do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 Novas Perspectivas e Alternativas.....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 Organização do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>ANÁLISE CONJUNTURAL : VIOLÊNCIA.....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 Contextualizando a violência em Florianópolis.....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 Estatísticas no MMC.....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>MEDO E INSEGURANÇA – REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1 Influências no Cotidiano Comunitário.....</b>	<b>71</b>
<b>3.2 Interferências para o trabalho do FMMC.....</b>	<b>75</b>
<b>3.3 O trabalho do Serviço Social no âmbito da Violência.....</b>	<b>78</b>
<b>3.4 Possibilidades de Solução.....</b>	<b>80</b>
<b>(IN) CONCLUSÕES.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo e conhecimento da realidade se faz de grande importância. Os processos e dinâmicas sociais apresentados hoje são respostas às ações e dinâmicas abordadas na estrutura social anterior, ou seja, somos resultado da evolução da sociedade, resultado de suas práticas, demais escolhas e de sua cultura.

Diante de uma estrutura política e social que visa ao lucro e ao desenvolvimento industrial e econômico acima do desenvolvimento do ser humano, não é de se espantar que se vive em uma sociedade extremamente desigual, preconceituosa e violenta.

Assim, fazemos parte de uma sociedade que não garante direitos fundamentais conquistados na Constituição Federal de 1988, que preconiza em seu artigo quinto, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]”, e seus LXXVII termos, entre outros direitos e políticas públicas, conforme é destacado a seguir.

Uma das consequências desta triste realidade é a violência. O estudo de tal tema é complexo e envolve uma multiplicidade de causas e formas, que comportam vários campos de conhecimento científico.

O problema da violência tem raízes profundas, eis que se trata de um problema estrutural. Conseqüentemente, se a violência é efeito de algo, ela causará problemas e implicações profundas na estrutura da cidade assim como no relacionamento social de seus cidadãos. A violência e a falta de segurança pública ocasionada pelo não cumprimento de direitos, gera o medo e a intranqüilidade social, desarticulando e desmobilizando os movimentos sociais.

O fenômeno da violência hoje é uma preocupação mundial, o que não é surpreendente devido à violência ser um fato inquietante, razão pela qual o estudo dessa problemática tem ocupado, mais recentemente, um lugar de importância. E, da forma como se encontra instalada no mundo, é uma realidade incontestável nos vários setores da sociedade. Em nossa cidade esta violência tem se transformado em assunto principal de toda a população, demonstrando a enorme sensação de insegurança frente ao seu crescimento acelerado. Tal divulgação da violência na sociedade tem seu ponto positivo, pois provoca a discussão e a proposição de políticas que solucionem esta realidade.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é trazer à tona a discussão, que já vem sendo realizada pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz – FMMC e pelas comunidades constituintes do mesmo. A situação degradante e preocupante da violência generalizada, trazendo como consequência o medo, e a insegurança da sociedade acaba por desmobilizar os movimentos sociais, principalmente daqueles que se localizam nas comunidades que possuem em seu interior a instalação da criminalidade.

Além disso, procurou-se que estas páginas fossem o levantamento vivo de uma situação de desvalorização da vida, mas que não se findasse em lamentar tal realidade, apresentando as corajosas ações e manifestações contra a violência e a situação vivenciada, como as proposições de planos, programas e projetos para a formulação de políticas públicas que solucionem esta realidade.

Sendo assim, este trabalho na sua introdução apresenta a problemática, com seus objetivos, justificativa e procedimentos metodológicos que nortearam e deram base para a pesquisa realizada.

Dando seqüência, no primeiro capítulo fizemos uma contextualização histórica do FMMC, resgatando a ocupação do MMC, e relatando a trajetória de formação, afirmação e transformação do FMMC, assim como sua atual organização.

Este capítulo foi produzido em conjunto com a graduanda em Serviço Social, Julia Gonçalves Rech, a qual realizou estágio no FMMC, durante mesmo período em que realizei estágio. Este se deu assim, pois teve como objetivo a apreensão de abordar de maneira completa, abrangente e que contemplasse a importância do FMMC.

No segundo capítulo trazemos um breve histórico da violência abrangendo todas as suas facetas, contextualizando-a em Florianópolis e nas suas áreas mais presentes.

Por fim, o terceiro capítulo enfatiza as situações de violência, apresentando suas consequências, influências e interferências no cotidiano comunitário. Aborda ainda o trabalho do Serviço Social frente a esta realidade e as possibilidades de transformação da mesma.

Finalmente, nossas considerações finais que enfatizam a indignação social diante da inexistência do Estado provedor e garantidor de direitos.

### **Apresentação do tema**

Vive-se, atualmente, profundas transformações em todos os setores da sociedade, tanto econômicas, quanto políticas e sociais. Transformações estas que atingem especialmente a população carente, uma vez que é esta parcela da sociedade que sofre os maiores danos relacionados com o sistema econômico social dominante.

As mudanças ocorridas socialmente e a pauperização de grande camada da população fizeram crescer as ocupações formadas por retirantes de outros estados e mesmo do interior do estado, vítimas do êxodo rural. Assim, o Maciço do Morro da Cruz tornou-se área de colonização para as populações que por diferentes motivos se viram obrigadas a buscar melhores condições de vida na capital do Estado, vista como oportunidade de empregos e dignidade, e a desbravar e fincar raízes em um solo de geografia imprópria para moradia e de ocupação irregular e até ilegal, sendo muitas vezes uma ocupação



desordenada, causando sérios problemas para a cidade e para os próprios moradores, sem contar com a dificuldade de acesso a bens e a serviços, a falta de planejamento, de infraestrutura básica, de Plano Diretor e a formação de campo propício para a instalação da criminalidade.

A partir de uma gama de expressões da Questão Social que se apresentava no Maciço do Morro da Cruz (MMC), as comunidades ali residentes e a sociedade civil, buscando formas para a amenização e superação destas, organizou-se criando o Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC), com o objetivo de lutar pelos direitos dos moradores da região, por maior democracia nas decisões do Poder Público, nas três esferas e buscando a proposição de políticas públicas para a cidade.

As comunidades constituintes do Maciço vivem um profundo antagonismo pelo fato de embora – estarem localizadas no centro geográfico da cidade – serem consideradas áreas de periferia; ao mesmo tempo próximas de onde se encontram os poderes públicos e a elite econômica da cidade, onde o poder econômico dita as regras e as políticas sociais e públicas. A necessidade de propor políticas públicas voltadas à inclusão destas comunidades, e ao combate (da crescente violência promovida pelo narcotráfico) com propostas inclusivas, levaram as mais diversas organizações populares das comunidades do Maciço a criarem no ano de 1999 o Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz é composto, hoje, por diversas entidades, movimentos populares, conselhos e associações provenientes das comunidades dos Morros: Monte Serrat, Mocotó, Tico-Tico, Nova Descoberta, Queimada, Penitenciária, Mariquinha, Mocotó, Serrinha, Alto da Caeira, entre outras. Com um caráter reivindicativo e propositivo de atuação, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz está organizado em diversos eixos ou comissões de atuação:

- Comissão Executiva: visa articular, organizar, propor e encaminhas as demandas locais na construção das políticas sociais publicas;
- Comissão de Educação: busca defender a perspectiva da educação em tempo integral, com qualidade, elaborando um Plano de Participação Popular nas escolas da região, de acordo com a realidade social;
- Comissão de Meio Ambiente: criação de um Plano Diretor adequado para a realidade das encostas;
- Comissão de Segurança: visa um policiamento comunitário e políticas de segurança em caráter educativo – preventivo;
- Comissão de Formação: oportunizar a formação sóciopolítica e organizacional das lideranças comunitárias;
- Comissão de Trabalho e Renda: desenvolver alternativas para oportunização de trabalho e renda a partir do potencial local; e
- Comissão de Comunicação: objetiva criar veículos de comunicação popular identificado com a realidade local.

Neste processo organizativo do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, encontra-se o Serviço Social contribuindo na organização, articulação, assessoria, incentivo à participação, promovendo políticas públicas e, muitas vezes, forjando o papel de elo de ligação com os três poderes do Poder Público.

Nesta perspectiva, também, a intervenção do Serviço Social busca a superação de Questões Sociais conflitantes nas comunidades, como a constante violência e a insegurança causada pela criminalidade. Neste sentido, busca-se neste trabalho, elaborar um estudo que mostre como a vida comunitária é influenciada por este poder paralelo, as principais dificuldades, o medo e a interferência deste nos processos de trabalhos tanto comunitários como do FMMC. A comunidade e o profissional de Serviço Social precisam ser lutadores,

ter garra e coragem para enfrentar situações muitas vezes perigosas para a garantia de direitos.

## **Objetivos da pesquisa**

### **Objetivo geral**

Descrever as conseqüências da violência no processo de trabalho comunitário.

### **Objetivos específicos**

- Apreender sobre as maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade, em relação à criminalidade;
- Realizar pesquisa histórica sobre o FMMC em relação à participação popular e as influências da violência nesta participação;
- Entrevistar lideranças comunitárias da região, descrevendo expectativas, receios e o cotidiano de uma área de periferia;
- Entrevistar policiais que trabalham no MMC e descrever suas visões sobre a violência nas comunidades;
- Conhecer quais as áreas/comunidades que sofrem mais com a criminalidade;
- Analisar as influências da violência no processo de trabalho do FMMC;
- Pesquisar sobre as possibilidades de solução para tais Questões Sociais.

## **Justificativa**

O presente estudo é de fundamental importância, pois trata de um tema da atualidade, bastante conhecido e discutido em todas as camadas da sociedade. Trata-se neste de um importante fator da falta de participação popular nas áreas onde a violência instalou-se permanentemente, e do medo e insegurança na sociedade em geral.

A criminalidade crescente em nossa cidade, e não somente aqui, mas conseqüentemente nas grandes concentrações urbanas, como também nas comunidades menores e até na vida do campo, intimida e desmobiliza os grupos sociais. A insegurança e o medo esta sempre presente nas conversações em todos os momentos e nos relatos dos fatos cotidianos. A figura do crime organizado se faz cada vez mais presente e perigoso, tendo grande repercussão na mídia, onde se fazem menções diárias sobre ações de criminosos.

Como ressalta Rosa (2003, p.16), “em certos momentos, tudo parece o cenário da luta armada entre duas ou mais organizações, com o resultado de muitas mortes, inclusive de crianças”.

É preciso lutar por condições dignas de vida para que as cenas de lutas armadas entre policiais e bandidos não se tornem rotineiras e natural nas cidades. Para uma mudança social a favor do desenvolvimento humano e comunitário e do enfrentamento da violência e do narcotráfico que atua na cidade, faz-se necessário ouvir e responder os mais de 30 mil moradores do MMC, representados pelo FMMC, onde muitas destas pessoas estão sendo ameaçadas. São famílias inteiras desestruturadas devido à violência instalada na região.

A transformação da sociedade e desta realidade não é tarefa fácil e depende diretamente de políticas públicas inclusivas. As demandas das comunidades devem ser priorizadas, assim como de todos: Estado, sociedade civil, interessados na melhor qualidade de vida, busca por direitos e vida digna, articulando-se e lutando por melhores condições de vida, trabalho, bem estar, enfatizando os interesses da população.

## **Procedimentos metodológicos**

Primeiramente o estudo será realizado através de pesquisa documental, utilizando arquivos, relatórios e entrevistas a jornais da região que já foram realizadas, como base para obtermos um resgate histórico do FMMC.

Na segunda etapa será focalizada a problemática abordada, de violência e as conseqüências deste fenômeno como o medo e a insegurança nas áreas de periferia, por meio de referências bibliográficas, utilizando de pesquisa qualitativa e análise de documentos encontrados. Sendo fortemente influenciado pela obra de Arendt (1994), Moraes (1981), Neto (1993) e Odalia (1985). Segundo Marconi (1982, p.58), pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada que tenha relação com o tema estudado, tendo por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, permitindo ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações”.

Serão feitas entrevistas com moradores das comunidades pertencentes ao MMC, para o conhecimento da realidade e de suas percepções e relações com a criminalidade. Assim como entrevistas com os encarregados da promoção de segurança pública, como policiais civis, militar, entre outros. Ainda entrevistaremos os colaboradores do FMMC que também sofrem com as constantes inseguranças e desmobilizações comunitárias provocadas pela violência.

As entrevistas serão de forma não estruturada, com moradores desta área, que se encontram fortemente afetados pelo processo do medo e a conseqüente desmobilização popular, com colaboradores e coordenadores do FMMC, como também com aqueles encarregados da promoção de segurança pública, buscando o relato e o conhecimento das experiências.

Há diferentes tipos de entrevistas que variam de acordo com o propósito do entrevistador, sendo que neste trabalho, onde se procura relato das experiências, será utilizada a entrevista de forma não estruturada, pois como coloca Marconi (1982 p. 71):

O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Desta maneira, o objetivo é dar maior liberdade para os entrevistados, para que os mesmos se sintam à vontade de falar de suas experiências, criando ambiente de maior flexibilidade tanto para o entrevistado como para o entrevistador, dando maior oportunidade para avaliar atitudes e condutas, assim como para obtenção de dados.

## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.

O município de Florianópolis é muito rico, tanto em paisagens naturais, quanto pela diversidade étnica e cultural de seus moradores. Mas conta também com grande disparidade social e desigualdades. Algumas áreas necessitam de maior atenção e políticas públicas. Uma delas é o Maciço do Morro da Cruz.

#### 1.1 O Maciço do Morro da Cruz

No início do século XIX, inicia-se o processo de ocupação das áreas de encosta do Maciço do Morro da Cruz (MMC), com os primeiros moradores na comunidade do Morro do Mocotó. A partir da construção da ponte Hercílio Luz na década de 1920, as famílias dos operários vêm morar nas proximidades, ocasionando assim ocupações crescentes.

Estas ocupações expandiram-se com as expulsões dos pobres para lugares cada vez mais distantes: morros, o continente, os municípios vizinhos. Assim, seguindo o exemplo do Mocotó, outras comunidades se formaram, como Mariquinha, Tico-Tico, Monte Serrat e Nova Descoberta<sup>1</sup>.

Contudo, a grande ocupação na comunidade do Morro do Mocotó iniciou com a transferência de famílias que residiam nas imediações de um antigo cemitério de Florianópolis, onde hoje está situado o Parque da Luz, na cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Com o início da construção desta ponte, as famílias pobres que ali residiam tiveram que se mudar, ocupando a área de encosta do Morro da Cruz. Assim, segundo Baptista (2002),

---

<sup>1</sup> O Maciço do Morro da Cruz, aglomerado de rochas maciças, localizam-se no centro da Capital do Estado. As comunidades que ali se organizaram, são diversas e interligadas geograficamente. No entanto individualmente se denominam morros, devido ao modo de ocupação e especificidades.

“essas famílias, juntamente com outras famílias descendentes de escravos de Santo Antônio de Lisboa e de Sambaqui que estavam instaladas nestas áreas, caracterizaram o primeiro núcleo de ocupação na base do Morro do Mocotó<sup>2</sup>”.

A comunidade convive com diversos problemas de infra-estrutura, como iluminação pública precária, ruas estreitas, saneamento precário, entre outros tantos problemas existentes em diversas comunidades situadas no MMC.

A comunidade do Morro da Mariquinha<sup>3</sup> possui associação de moradores desde 1976, fundada esta por um antigo colaborador da Igreja Católica, Sr. Marinho (já falecido). Localiza-se no centro de Florianópolis, ao lado direito do Hospital de Caridade e em frente ao Colégio Instituto Estadual de Educação. A ocupação neste morro ocorreu por volta de 1920, sendo os primeiros moradores imigrantes do planalto serrano e oeste catarinense. A comunidade possui cerca de 450 casas, todas situadas acima da cota 100, ou seja, fora do limite permitido pelo Plano Diretor da cidade e localizado em áreas de preservação permanente - APP. A grande maioria das casas é abastecida pela CASAN, sendo algumas ligadas clandestinamente nas casas dos vizinhos.

O Morro do Tico-tico<sup>4</sup> situa-se entre a comunidade da Mariquinha e a do Monte Serrat, localizada na rua Clemente Rôvere e parte da Rua Valdomiro Monguilhote, fazendo ligação com o Morro da Mariquinha. São aproximadamente 300 famílias e muitas dessas sem saneamento, coleta de lixo e urbanização nas servidões. Somente algumas casas situadas entre a rua Valdomiro Monguilhote e o Morro da Mariquinha se encontram em

---

<sup>2</sup> O nome, Morro do Mocotó, surgiu com os trabalhadores da Ponte Hercílio Luz que se deslocavam até o Morro para comer um mocotó preparado por uma moradora.

<sup>3</sup> Foi assim denominada devido à existência de uma casa de prostituição no início da rua, cuja proprietária chamava-se Mariquinha.



situação de risco, por estarem localizadas em cima das pedras e correndo risco de desmoronamento<sup>4</sup>.

A comunidade do Morro Monte Serrat<sup>5</sup> se localiza nas proximidades da antiga ETEFESC, hoje CEFET e na parte superior próxima das emissoras de televisão local. Tem como limite a rua General Vieira da Rosa a partir de uma de suas ruas Servidão Quebra Pote e Nestor Passos, da igreja até o alto do morro<sup>5</sup>.

Possui aproximadamente 800 famílias e 3500 moradores, sendo os mais antigos vindos de localidades próximas do município de Antônio Carlos. Na medida em que as famílias iam se instalando, facilitavam a vinda de outros parentes para o local. O processo de ocupação foi bastante intensificado por volta de 1950 a 1960.

Como em outras comunidades, os seus terrenos são todos situados acima da cota 100 e não tem legalização para serem habitados. Mesmo assim hoje, em cada comunidade, não é possível identificar um único terreno disponível para a ocupação, se não for em área de mata ou rochas sendo possível observar com frequência novas casas sendo construídas, em locais que põem em risco a vida dos moradores.

A comunidade do Morro da Nova Descoberta está situada dentro dos limites físicos da comunidade do Monte Serrat, sendo emancipada, no ano de 1999 devido às divergências político partidárias, criando-se assim sua própria organização a Associação de Moradores da Nova Descoberta, mas que continua desenvolvendo seus trabalhos em prol da comunidade em parceria com o Conselho Comunitário Monte Serrat e com a Igreja Católica da região. São aproximadamente 180 famílias de classe baixa, em sua maioria imigrantes de Lages e Chapecó. Esta localidade é um dos pontos do tráfico, estando em

---

<sup>4</sup> Leva esse nome em homenagem a um antigo morador, que tinha o apelido de Tico-tico.

<sup>5</sup> Denominada assim em homenagem à padroeira da igreja da comunidade, Nossa Senhora do Monte Serrat.

constante conflito com traficantes de outras comunidades (Caeira do Saco dos Limões, Morro da Mariquinha e Mocotó). Aqui, as casas também estão situadas em áreas de preservação, como boa parte dos morros da encosta e que freqüentemente são invadidos por novos imigrantes.

Segundo Kelly Cabral (1999), a realização de grandes obras rodoviárias, como a BR-101 e a BR-470 ligando o estado ao interior do país, a construção das rodovias estaduais, a ampliação do transporte, a pavimentação de avenidas, a Ponte Colombo Sales, a avenida Beira-mar Norte e o aterro da Baía-sul serviram também de atrativo para a migração e uma maior estimulação para o êxodo rural. Em consequência do aumento populacional e do processo de desenvolvimento em Florianópolis no final do século XX, altera-se a paisagem natural da ilha, com constantes ocupações desordenadas nas encostas, devastação da Mata Atlântica, convivendo com a derrubada de edificações antigas para a construção de modelos com arquitetura contemporânea.

Assim, hoje no Maciço do Morro da Cruz, residem aproximadamente 30 mil habitantes, compreendendo uma enorme diversidade cultural, com migrantes vindos de vários estados, e principalmente de municípios do interior de Santa Catarina, Paraná e da região nordestina, que se viram obrigados pelo contexto econômico-social a buscar melhores condições de vida na capital do Estado de Santa Catarina, vista como oportunidade de empregos e dignidade.

As comunidades do Maciço do Morro da Cruz estão situadas bem ao centro de Florianópolis, sendo vizinhas dos principais poderes do Estado: Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e o Palácio do Governo, e estabelecidas geograficamente ao longo da encosta de uma das avenidas mais movimentadas da cidade, mas ao mesmo tempo se depara com a falta de políticas públicas e de visibilidade do Poder Público.

A partir do agravamento das questões sociais, os cidadãos se deparam com a necessidade de se unirem em torno de um objetivo comum, a fim de buscarem alternativas de soluções para tais situações vividas. Com o intuito de promover a união das comunidades que se encontravam no centro da cidade, mas ao mesmo tempo, à margem das políticas públicas, surge nas comunidades do Morro de Monte Serrat, Mariquinha, Tico-Tico e Nova Descoberta a idéia da criação de uma Rádio Comunitária, Associação de Difusão Comunitária Guarapuvu, localizada na comunidade do Tico-Tico, o que seria o primeiro elo de ligação entre as comunidades sob a mesma realidade de exclusão e precariedade, facilitadas pela proximidade, pois todas estão localizadas no Maciço do Morro da Cruz, buscando uma forma de reivindicação, de visualização e de integração com a Ilha. Foram estas comunidades que iniciaram o processo de criação da Rádio, a mobilização comunitária e a criação do conceito de participação popular nas mesmas.

As comunidades estavam bastante desligadas, mesmo contando com a proximidade. Uma das formas encontradas para promover a união entre elas, foi a realização de mutirões de limpeza do lixo e reflorestamento. Este processo foi deflagrado pelo conselho comunitário do Morro da Mariquinha, contando também com estudantes de serviço social que faziam trabalho naquela área, contou ainda com o apoio da FLORAM, COMCAP e Corpo de Bombeiros. Notando grande problema com a questão do lixo, promoveu-se a limpeza da região, o que uniu os moradores em torno de um objetivo comum: o bem estar das comunidades. O primeiro mutirão realizou-se na comunidade do Morro da Mariquinha em julho de 1999, sendo retirado aproximadamente 20 toneladas de lixo, onde foram plantadas na área, 100 mudas. A segunda comunidade a se mobilizar foi Nova Descoberta, em agosto do mesmo ano, sendo retirada 10 toneladas de entulho, e plantada na área 50 mudas. Já na comunidade do Morro de Monte Serrat, onde foi realizado o 3º mutirão em setembro, retirou-se cerca de 18 toneladas de lixo. O ultimo

mutirão fez-se em outubro na comunidade do Morro do Tico-Tico, retirando aproximadamente 10 toneladas de lixo e em seu lugar foram plantadas 150 mudas. A mobilização das comunidades foi de grande importância, sendo que a partir daí, muitas mudanças foram sendo realizadas, e a consciência de que com a união das comunidades se tem mais força para continuar a luta por melhores condições de vida e trabalho comunitário. Através de relato da então estagiária Kelly Cristiny Cabral, se percebeu que as ações realizadas e o resultado adquirido fizeram com que muitos moradores percebessem o quão gratificante e prazeroso é poder ver o resultado das ações, e que estas beneficiam não apenas um, mas o todo. São atitudes como estas, que movem o trabalho comunitário.

A partir destas realizações, os moradores do Maciço foram criando uma consciência participativa, favorecendo a criação de uma entidade que representasse as necessidades comuns das comunidades frente aos órgãos responsáveis pela proposição e execução de políticas públicas.

## **1.2 Proposição e reivindicação: a constituição do Fórum do Maciço do Morro da Cruz**

No ano de 1999, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz<sup>6</sup> (FMMC) iniciou sua política inclusiva, propositiva e reivindicatória, frente à pobreza, e pauperização que se vivenciava na época, facilitando a participação popular. Em sua dinâmica contava com reuniões para discussão das principais dificuldades das comunidades e as alternativas pertinentes às mesmas, facilitando a organização das associações comunitárias. O FMMC é um órgão questionador frente às ações do poder público ou a falta destas, sendo que suas

---

<sup>6</sup> O Fórum do Maciço do Morro da Cruz anteriormente denominado Fórum Interinstitucional para a Discussão de Políticas Públicas para o Maciço do Morro da Cruz, contava com a participação dos moradores, das Igrejas, das associações de moradores e dos órgãos públicos em âmbito estadual e municipal, procurando alternativas e efetivação de Políticas adequadas à realidade das comunidades das encostas do Maciço. Redigir melhor, quem participou, quais entidades, como foi....

reivindicações se faziam presentes, para a garantia de propostas inclusivas e qualidade de vida.

Os movimentos sociais buscam por espaços de democratização, por políticas inclusivas que garantam seus direitos. As políticas públicas muitas vezes não são condizentes com as expectativas e necessidades da maioria da população; nestes espaços formam-se as organizações populares, na busca por justiça social e equidade.

Um dos papéis dos movimentos sociais é a garantia junto ao poder público de ações voltadas a efetivação da cidadania. Neste sentido, afirma Demo (1995, p.03):

Uma sociedade deveras cidadã atina para a necessidade de constituir uma instância pública comum, à qual delega uma série de serviços e funções, que somente tem razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum. [...] O desafio descomunal do Estado é de que seja público (sirva aos interesses comuns) e de serviço (promova o bem comum), para que seja, então, legítimo, ou de direito.

Devido à conjuntura política local, vivenciada em 1999, de desresponsabilização do Estado frente às necessidades das comunidades, sendo priorizados os interesses do mercado, da especulação imobiliária e da elite econômica, havia a grande necessidade de discussão frente ao mesmo. Assim os espaços de luta popular redescobrem seu poder, articulando-se e reivindicando pelas demandas das comunidades, demandas estas que surgiram e se agravaram pela precariedade das execuções de políticas voltadas para as áreas mais necessitadas.

Um ideal transformador pressupõe uma modificação na postura dos poderes atuantes da sociedade política, no sentido de possibilitarem uma gestão democrática da cidade, autônoma, pela base, com participação efetiva dos movimentos sócio-comunitários nos processos de decisão. Os movimentos populares foram encontrando formas de se garantir o cumprimento das funções do Estado, à medida que as comunidades uniram forças para atingirem objetivos comuns, como o acionamento do Ministério Público, exigindo a execução de ações voltadas para suas necessidade e a efetivação do papel do Estado.

Iniciando o ano de 2000, seguindo as mobilizações e atividades do ano anterior, as comunidades dos morros perceberam que uma das questões mais pertinentes era a falta de vagas nas escolas para as crianças e adolescentes do Maciço, principalmente no Instituto Estadual de Educação. Para este fim, foi entregue um documento aos órgãos competentes exigindo vagas na mesma, pois muitas vezes estas são ocupadas por estudantes oriundos de outras cidades e regiões da capital. O Maciço do Morro da Cruz, sendo tão próximo geograficamente, não encontrava espaço para seus estudantes no Instituto Estadual de Educação, umas das maiores e mais bem qualificadas escolas estaduais de Florianópolis.

Neste sentido, as associações de moradores da comunidade do morro do Tico-Tico, Associação de Moradores da Nova Descoberta, Conselho Comunitário Cristo Redentor (Mariquinha), Conselho Comunitário Monte Serrat, e a Associação de Difusão Comunitária Guarapuvu organizaram o “Primeiro Varal Comunitário: Relato das Atividades”. Este se realizou em 13 de maio de 2000 na comunidade do morro do Tico-Tico e teve a participação das comunidades da redondeza. O principal objetivo deste evento foi publicizar as ações das organizações comunitárias, no que se refere às lutas cotidianas por qualidade de vida. A atividade consistiu na apresentação de um “varal” composto por fotografias e reportagens de jornais que retratavam as necessidades comunitárias, vídeos das atividades realizadas nos mutirões de retirada de lixo e reflorestamento, e também um dossiê com todos os documentos enviados aos órgãos públicos reivindicando soluções para as demandas das comunidades assim como políticas públicas.

Foi um trabalho de mobilização, com o sentido de dar visibilidade para toda a cidade e, em particular, para os poderes públicos sobre as ações realizadas e as necessidades das comunidades do Maciço do Morro da Cruz. O evento contou com grande participação dos moradores, uma vez que os mesmos estavam incitados pelo trabalho realizado nas comunidades e com grandes expectativas de melhores condições de vida. Os moradores do

Maciço começam, a partir destas atividades, a criar uma consciência de que o trabalho comunitário somado garante maiores resultados.

O FMCC trata das mais diversas expressões das questões sociais, como saúde, educação, formação, trabalho e renda, entre outros. Através destas, busca-se, contando com a participação dos movimentos sociais, políticas públicas voltadas à inclusão das comunidades.

Um importante acontecimento no ano de 2001 foi a realização da Escola de Gestores, organizado pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz, tendo em vista a necessidade de formação das lideranças das comunidades, assim como a busca por melhores alternativas para as demandas das comunidades, na qual participou cerca de 10 líderes comunitários da região do Maciço. Contava com encontros semanais, que aconteceram durante todo o ano de 2001, e com a participação de colaboradores, principalmente da Universidade Federal de Santa Catarina, como os professores Eriberto Meurer e José Erni Seibel do curso de Sociologia, Luis Fernando Scheibe, do curso de Geografia, dentre outros. Vários temas importantes foram discutidos, como Plano Diretor, as Leis vigentes, o papel do Prefeito e do Vereador de nosso Município, dentre tantos outros assuntos pertinentes à Cidade e a quem mora em área de encosta.

O mesmo ano de 2001 também foi palco de um importante avanço para a Região do Maciço e a área da educação: a criação no início do segundo semestre, da Comissão de Educação. Altos níveis de evasão, reprovação e a necessidade de incluir a comunidade dentro da escola e vice-versa, assim como a necessidade do conhecimento da realidade vivida dentro dos morros, levou a efetivação de uma comissão que se reunisse e discutisse, lutando por formação constante dos professores, e educação voltada para o cotidiano dos alunos. As escolas, centros de educação infantil e creche que integram a Comissão de Educação do Maciço são: Escola Lauro Müller, Escola Lúcia do Livramento Mayvorner,

Escola Celso Ramos, Escola Henrique Stodiek, Escola Padre Anchieta, Escola Jurema Cavalazzi, Escola Silveira de Souza, Escola Antonieta de Barros, Escola Hilda Theodoro Vieira, Centro Educacional Infantil Anjo da Guarda, Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, Centro Educacional Infantil 'Cristo Redentor e Creche Monte Serrat. Os colégios a nível estadual, nesta época, e até hoje, contam com a capacitação mensal de seu quadro de professores, sendo um dia ao qual seus professores atualizavam-se para os trabalhos para a sala de aula, por meio de palestras e depoimentos de experiências positivas dos próprios professores, sendo de extrema importância profissional.

A articulação interna das comunidades, juntamente com as escolas que fazem parte do FMMC, facilitou a participação comunitária. Segundo Jacobi (1993, p.13), a participação popular, passa a ser valorizada como um fim em si mesmo, expressando a emergência de atores políticos novos com um estilo de participação, uma alternativa para a cidade de modificar os padrões institucionais, buscando uma democratização do Estado através da pressão exercida pelos movimentos sociais.

No mês de outubro do ano de 2001 um grande movimento iniciou-se na cidade, o I Fórum da Cidade - Um olhar do Movimento sócio-comunitário, que teve como objetivo central a discussão da Lei Federal 10.257 de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade. Participaram deste primeiro encontro 220 pessoas em representação de 81 entidades, que se encontraram na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. (Fonte: Relatório do I Fórum da Cidade, 2001).

O Fórum da Cidade objetiva a garantia da participação popular nas decisões da cidade, além de incentivar uma discussão sobre a cidade em todas as comunidades existentes na mesma. Tem ainda como objetivo encaminhar as demandas destas para os órgãos competentes. Este movimento na Ilha foi muito importante, pois possibilitou a divulgação e o maior conhecimento sobre o Estatuto da Cidade e sobre as ações



desenvolvidas pelo Poder Público, garantindo uma maior participação popular e a busca pela verdadeira democratização das decisões. O Fórum do Maciço se fez presente no evento, já que a luta por um Plano Diretor adequado à realidade dos morros é um de seus grandes desafios, assim como a participação popular e a busca por uma cidade melhor.

Outras ações importantes começaram no mês de julho de 2001, procurando alternativas para conter a migração de pessoas do interior do estado para a capital, garantindo uma cidade com mais qualidade, assim como promover a discussão em âmbito estadual da necessidade de preservação das encostas e conseqüentemente do meio ambiente. A AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz criam uma parceria, entre as comunidades do MMC e os municípios que se situam nas encostas da Serra Geral, para a produção e revenda de produtos sem agrotóxicos, produzidos naqueles municípios e consumidos pelos moradores do MMC, assim como nas escolas que fazem parte do FMMC. De acordo com depoimentos dos moradores, garantiu-se com esta parceria, por um lado, a geração de trabalho e renda para alguns municípios do interior do Estado, diminuindo assim o êxodo rural; por outro lado, uma melhor qualidade de vida, tanto dos municípios da Serra Geral como das comunidades do MMC; em particular a implantação, nas creches e escolas de Florianópolis, da merenda sem agrotóxicos.

Nesta perspectiva, o ano de 2002 foi marcado por grandes ações do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. O trabalho da Comissão de Educação do Fórum do Maciço conquistou a eleição de forma democrática dos diretores das escolas que fazem parte do Maciço, através do voto popular dos professores, alunos e funcionário dos colégios. Este processo foi garantido através de uma carta de indicação do FMMC, com a concordância do então Governador Esperidião Amin e do Secretario de Educação Jacó Anderle. Foi um grande avanço tanto para as escolas quanto para as comunidades e para o Fórum do Maciço

do Morro da Cruz, uma vez que a partir deste processo se garantiu a participação mais efetiva das escolas nos processos de desenvolvimento das comunidades.

Também neste mesmo ano, aconteceu o plebiscito de unificação das associações comunitárias da comunidade do Morro do Alto da Caeira do Saco dos Limões. Com a realização do plebiscito buscava-se a superação da divisão da comunidade em associações diferentes o que dificultava o trabalho comunitário.

O plebiscito realizou-se no mês de dezembro do ano de 2002, após uma das missas da comunidade. A comunidade compareceu para a votação em peso, sendo seu resultado: 130 votos, sendo 128 válidos. Foram 118 votos pela unificação, 08 contra, 01 voto em branco e 01 voto nulo. Esse processo foi resultado do trabalho realizado pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz conjuntamente com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), a Federação das Associações Comunitárias do Estado de Santa Catarina (FAMESC) e o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), num esforço de informação da comunidade sobre a importância de desenvolver um trabalho conjunto e unificado para que a comunidade seja priorizada. A partir da unificação das associações, se iniciou a definição do Estatuto da Associação de Moradores que regeria o processo eleitoral. Aberto o processo eleitoral, duas foram as chapas que se candidataram, sendo que no dia 16 de fevereiro de 2003 realizou-se a eleição da diretoria da AMAC – Associação de Moradores do Alto da Caeira. Participaram da eleição 492 moradores. A chapa 1 obteve 290 votos, a chapa 2 –196 votos, e 06 votos nulos. A chapa 1 foi empossada como diretoria da Associação no dia 22 de fevereiro de 2003, prestigiaram o evento mais de cem pessoas da comunidade e outros convidados. Percebe-se assim, principalmente pelas comunidades, a importância da construção de parcerias e da unificação de forças para a garantia dos plenos direitos cidadãos. (Fonte: documento distribuído na comunidade pela nova Associação de moradores, maio de 2003).

Por ser o ano de 2002 um ano eleitoral, as ações do FMMC, enfrentaram complicações, assim como as comunidades enfrentavam grandes problemas com a violência crescente. No entanto, mesmo com as adversidades que os mesmos estavam sofrendo, algumas inovações conseguiram ser alcançadas, como a parceria com a mídia local para a divulgação, não apenas dos graves casos de criminalidades e assassinatos que se faziam freqüentes, mas principalmente das ações desenvolvidas pelo FMMC e pelas próprias comunidades, criando assim, uma consciência na cidade de que os moradores das áreas de encostas necessitam de políticas públicas específicas para suas realidades.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz continua sua luta em busca de melhores condições de vida para seus moradores e dessa luta surgem novas perspectivas e alternativas, dando maior visibilidade às áreas de periferia do município de Florianópolis, como veremos a seguir:

### **1.3 Novas Perspectivas e Alternativas**

O ano de 2003 inicia-se para o FMMC com um evento na Câmara Municipal de Vereadores. Contou com uma Roda de Capoeira da Comunidade do Mocotó e com uma seleção de reportagens, denominada “Acontece na Realidade de Nossos Morros”, onde se mostravam cenas de violência e crimes causadas pelo narcotráfico e a falta de segurança pública. Estavam presentes várias entidades da sociedade civil, como Associações de Moradores do Maciço do Morro da Cruz, representantes do NEN - Núcleo de Estudos Negros, Entidade Afro-Brasileira, Sindicatos, entre outros. Em seguida, na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB realizou-se um debate denominado: Florianópolis em Busca da Inclusão Social - O Outro Lado da Qualidade de Vida, com a entrega de um relatório do Fórum do maciço do morro da Cruz sobre a situação atual vivida dentro das comunidades para o Secretario Nacional de Direitos Humanos, Dr. Nilmário Miranda, e para o Secretario

Nacional de Segurança de Segurança Pública, Dr. Luiz Eduardo Soares. No evento denunciou-se a necessidade da retirada às pressas de importantes lideranças comunitárias, devido às ameaças freqüentes e até ataques violentos aos mesmos.

Os habitantes da Capital vivem uma realidade com graves casos de violência, muitas vezes lideradas por crianças e adolescentes principalmente nas encostas dos morros. Os moradores vivem em constantes ameaças e o medo impera. Estes meninos que têm a infância roubada utilizam armamentos pesados e também são vítimas: no ano de 2003 esta realidade ocasionou o assassinato, na grande Florianópolis, de 151 jovens de idade entre 15 e 25 anos. Esta realidade não pode apenas ficar guardada dentro dos morros. A segurança policial cada vez mais fraca e com menor efetivo, não consegue resolver tais situações. Através do relatório entregue buscavam-se políticas públicas e as necessárias soluções.

Um dos grandes papéis do movimento sócio-comunitário é o controle social, onde a população fiscaliza e controla as ações do poder público, já que estes são os maiores interessados. Gohn (1991, p. 178), destaca a importância do controle social:

[...] o importante é ampliar os espaços de controle público e social – e não estatal – sobre as informações; multiplicar as formas de controle dos investimentos em fase de um Estado todo-poderoso e em crise, que busca se reformular a partir das novas demandas do capital e das necessidades que estas geram para a população. O importante seria criar espaços para os movimentos, de forma a capacitá-los a formular e gerir os bens demandados. Estes espaços têm de ser criados dentro e fora da máquina estatal. Dentro, para obterem justamente as informações, como garantia de acesso. Por isso os movimentos devem estar nos conselhos e em outras iniciativas estatais. Fora, para garantir a força e a autonomia do movimento.

É importante pressionar e mostrar a realidade ao Poder Público. Os Movimentos Sociais convivem com todas estas questões, e cabe a ele ampliar os espaços de controle social, para que cada vez mais, a população e as demandas populares sejam ouvidas.

Na busca de articulação entre o Estado e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, em abril de 2003, surge a proposta de criação da Comissão Intersetorial para a Segurança Preventiva e a Qualidade de Vida nas áreas empobrecidas de Florianópolis - Projeto Piloto:

Maciço do Morro da Cruz. A proposta surge a partir de um Plano de Desenvolvimento Social, de autoria de Kelly Cristiny Cabral e do Padre Vilson Groh.

A Comissão está vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no entanto é um órgão autônomo. Tem por objetivo desenvolver ações a fim de combater e prevenir a violência e a criminalidade, efetivar ações para restabelecer a Qualidade de Vida por intermédio de políticas sociais básicas e da ordem social, e articular junto a empresas estatais e privadas, assim como a instância municipal, as ações integradas que se fizerem necessárias. Esta possibilitará maior agilidade nas ações preventivas de combate à violência e à exclusão social, podendo redimensionar através das necessidades e das sugestões das comunidades, as políticas públicas já executadas ou em execução pelo governo do Estado, otimizando suas atividades, e deste modo, modificando o panorama da criminalidade no Município de Florianópolis bem como em todo o Estado.

O Decreto de Aprovação pelo governo do Estado acontece em 06 de maio de 2003, sendo a Comissão Intersetorial, um espaço de articulação entre várias secretarias, autarquias, fundações, movimentos sócio-comunitários e outras instituições públicas: Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – Departamento de Justiça e Cidadania, Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Casa Civil; Secretaria de Estado da Educação e Inovação; Secretaria de Estado da Organização do Lazer; Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Urbano e Meio-Ambiente; Secretaria de Estado da Infra-estrutura; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Prefeitura Municipal de Florianópolis; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN; Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB; Fundação Catarinense de

Desportos – FESPORTE; Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC; e o próprio Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Compete a esta Comissão Intersetorial, assessorar e informar o Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão sobre as ações a serem desenvolvidas e em desenvolvimento no município de Florianópolis de combate e prevenção à violência e à criminalidade; participar, em conjunto com os setores competentes, da elaboração de políticas públicas estaduais para a prevenção a violência e a criminalidade no Maciço do Morro da Cruz; elaborar e coordenar projetos e planos contingenciais específicos para prevenir a violência e a criminalidade no Maciço do Morro da Cruz; desenvolver ações que visem restabelecer a qualidade de vida através de políticas sociais básicas e da ordem social; articular junto a empresas estatais e privadas; assim como com a Prefeitura dos municípios, as ações integradas sempre que se fizerem necessárias; manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Comissão. (Fonte: Decreto Lei Nº 190, de 06 de maio de 2003).

A função primordial da Comissão é (a partir do conhecimento da realidade e necessidades vividas dentro do Maciço do Morro da Cruz), desenvolver projetos e políticas públicas para a área, que garantam melhores condições de vida. Esta foi subdividida em Câmaras Setoriais de Discussão e Proposição, sendo elas: Câmara de Meio Ambiente e Infra-estrutura Urbana; Câmara de Trabalho e Renda; Câmara de Segurança; Câmara de Educação, e Câmara de Pesquisa.

Para tal processo de conhecimento da realidade, foram realizadas visitas as comunidades pertencentes ao Maciço. A primeira realizou-se na comunidade do Morro de Monte Serrat<sup>7</sup>. Já a segunda se realizou na comunidade do Morro do Mocotó<sup>8</sup>. A avaliação

---

<sup>7</sup> A visita perpassou também pelas comunidades de Mariquinha e Alto do Caeira.

<sup>8</sup> Visitou-se também as comunidades de Jose Mendes, Queimada e Alto da Queimada.

dos membros da Comissão que visitaram as comunidades, de acordo com ata de reunião realizada no início do mês de agosto, foi que apesar de terem visto muitas áreas empobrecidas, a realidade pode ser revertida: basta vontade e articulação política, capaz de proporcionar políticas públicas que atendam verdadeiramente a realidade destas áreas.

Foram desenvolvidos projetos em cada Câmara: Meio Ambiente e Infra-estrutura Urbana: Plano Diretor adequado à realidade das Encostas de Florianópolis; Trabalho e Renda: projeto de Geração Comunitária de Renda e Desenvolvimento Sustentável através da Reciclagem de Resíduos Sólidos no Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis – Santa Catarina; Segurança: Projeto de Implantação de Polícia Comunitária no Maciço do Morro da Cruz; Educação: Projeto Escola Aberta; e Câmara de Pesquisa: Projeto de Pesquisa Sócio-Econômica das Áreas de População em Situação de Risco Social, no Estado de Santa Catarina.

Estes projetos foram encaminhados ao governo estadual no ano de 2004, sendo que a partir deste encaminhamento, tal comissão finda seus trabalhos, já que seu objetivo de ser propositiva foi concretizado.

Assim como a Comissão Intersetorial, buscando uma Florianópolis mais democrática, a partir de políticas inclusivas, realizou-se um grande evento para a cidade, fazendo-se presentes associações e entidades das mais diversas, juntando-se em torno de um fator comum: o II Fórum da Cidade – Construindo Movimentos Visando uma Gestão Democrática e um Plano Diretor participativo e Sustentável para Florianópolis.

Este evento que aconteceu no mês de julho de 2003, tendo como princípio a garantia da democracia, cidadania e da promoção da justiça social, buscando atuar no processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis. Ele aglutina as reivindicações das mais diversas organizações sócio-comunitárias, e debate as principais

questões da cidade, encaminhando suas propostas ao Poder Público, a fim de que elas sejam efetivadas.

Segundo documento do evento: O Fórum da Cidade reúne dirigentes do Movimento Sócio-Comunitário, profissionais e acadêmicos que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social na academia. Trata-se de um movimento suprapartidário de discussão de agenda de lutas, na direção de construção de uma política urbana participativa e democrática.

O FMMC se fez presente com cerca de 50 moradores, auxiliando na organização do evento através da Assistente Social e estagiárias do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, participando todos dos grupos temáticos, propiciando a discussão das necessidades e questões do MMC e da Cidade. A partir do conhecimento dos principais problemas destacados no evento, discutiu-se as principais questões da cidade, elaborando proposta para as resoluções das mesmas.

Em 19 de julho de 2003, na comunidade do Morro de Monte Serrat, foi criada a Agência de Desenvolvimento Social Solidário – ADESS. Sua finalidade é ser um instrumento que possibilite a emancipação social sustentável das áreas empobrecidas de Florianópolis. Os objetivos da Agência são: promover a organização popular em diversos aspectos; desenvolver ações para promover a cultura; defender, preservar e conservar o meio ambiente, assim como promover o desenvolvimento sustentável das áreas atingidas pela Agência; possibilitar ações para efetivar a educação ambiental e reflorestamento das áreas degradadas, em especial a região abrangida pelo Maciço do Morro da Cruz; promover direitos estabelecidos, construir novos direitos e assessoria jurídica gratuita; contribuir para a implementação da Lei Estatuto da Cidade; proporcionar assessoria técnica e jurídica para as organizações comunitárias; incentivar a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;



articular rede de economia solidária organizada e estratégias de desenvolvimento sustentável: incentivar a criação de empreendimentos autogestionários, como cooperativas; estimular a criação de espaços para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e de lazer; estimular a criação de escola em tempo integral, alfabetização de adultos, ensino supletivo, pré-vestibular de maneira a atender a demanda reprimida das áreas empobrecidas de Florianópolis; contribuir para a participação permanente de diretores, professores e técnicos; promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a implementação de veículos de comunicação popular; e propiciar assessoria de imprensa para as comunidades, entre outras. (Fonte: Estatuto Social da ADESS, julho de 2003).

A Agência atuará na execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

A ADESS atua como um braço jurídico do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, respondendo as questões legais referentes ao mesmo. É um grande colaborador do Fórum, estando sempre presente em suas discussões e auxiliando nas proposições, assim como é através dele que é possibilitada a contratação de estagiários e colaboradores que atuem como facilitadores do trabalho comunitário.

Através das ações da Comissão Intersetorial, foi possibilitada a realização de discussões com o então Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, e com os policiais civis e militares responsáveis pelo policiamento da área do Maciço do morro da Cruz com os moradores da região.

O debate teve como intuito discutir questões relacionadas à segurança pública, assim como a implementação de policiamento permanente e menos repressivo na área. O mesmo possibilitou maior contato com a Secretaria de Segurança pública, assim como maior

conhecimento das lideranças sobre o policiamento que acontece na região, e dos policiais que cobrem a área.

O primeiro semestre de 2004 iniciou-se com a entrega dos Projetos da Comissão Intersetorial. Os projetos foram terminados pelas diferentes câmaras no final do ano de 2003, mas a entrega oficial se realizou em março do mesmo ano, para a coordenadoria que encaminhou ao Governo Estadual. É importante ressaltar que todos os projetos foram discutidos e avaliados pela Comissão, que sempre se mostrou disposta a modificar a realidade vivenciada nas áreas empobrecidas, o que facilitou o processo de proposição de políticas públicas. Com o encaminhamento dos projetos, a Comissão avaliou que seus objetivos foram alcançados, findando seus trabalhos, e ficando a cargo do Governo do Estado efetivar os projetos.

Iniciando os trabalhos do Fórum do Maciço no ano de 2004, uma das propostas a serem implementadas foi a criação dos Grupos de Trabalho – GT's. Os GT's são grupos de discussão das questões pertinentes dentro das comunidades do Maciço, formando redes internas entre os moradores, a comunidade e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Um dos objetivos dos Grupos de Trabalho era a constatação de demandas, assim como a proposição de alternativas para solucioná-las. As comunidades se aglutinaram em pequenos grupos, facilitando a discussão sobre questões específicas de cada uma delas. Assim, se apresentavam os seguintes GT's: Monte Serrat conjuntamente com Nova Descoberta; Mariquinha e Tico-Tico; Alto da Caeira dos Sacos dos Limões, Caeira e Serrinha; Alto da Queimada, Queimada, Mocotó e José Mendes; Morro do 25 e Morro do Horácio; e Penitenciária. A comunidade da Penitenciária realizou seus trabalhos isoladamente, devido à conjuntura interna de violência que estava agravada no momento de implementação dos GT's.

As primeiras reuniões realizadas nos GT's foram proveitosas, inicialmente apresentaram os projetos do Fórum, como a Escola Aberta e a Rádio Comunitária. Como segundo passo, discutiu-se as demandas internas. Contou com a participação, além dos moradores, de integrantes da Comissão de Educação, como também dos facilitadores - profissionais que deveriam ser pagos pelo Estado, para implementar o projeto Escola Aberta, sendo muitas vezes um integrante da própria comunidade. O objetivo destes facilitadores era garantir que o projeto fosse implementado, e que a comunidade e suas demandas se fizessem presentes nas escolas.

Os GT's tiveram pouca duração, devido a insuficiente participação da comunidade, que se viu desestimulada, uma vez que o Governo do Estado não cumpriu com os acordos com o Fórum do Maciço e conseqüentemente com as comunidades, vetando as verbas para os projetos. (Fonte: Atas das reuniões dos GT's e atas reuniões do FMMC de 2004).

O Governo do Estado iniciou em março de 2004 o processo de Implantação dos projetos encaminhados pela Comissão Intersetorial, principalmente o "Projeto Escola Aberta" e outros projetos integrantes da área da Educação a discussão do "Projeto de Implantação de Polícia Comunitária no Maciço do Morro da Cruz". No entanto, em abril, inesperadamente e de forma repentina, alegando a falta de verba para a implementação destes, interrompe o processo que contava com grande expectativa, frustrando as comunidades e desestimulando os trabalhos internos, abalando mais uma vez a confiança no Poder Público.

Na tentativa de retomada do processo de Implementação dos projetos, o Fórum do Maciço agenda uma Audiência Pública com o Governador do Estado Luis Henrique da Silveira, para pressionar e reentregar os projetos encaminhados pela Comissão Intersetorial. A reunião foi realizada no dia 04 de junho de 2004. Infelizmente, o Governador não pode estar presente na Audiência, mas ela contou com a presença dos

Secretários da Casa Civil, Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretário do Desenvolvimento Regional de Florianópolis, e Secretaria da Educação. Contou também com a presença do Coronel Dal Bosco – responsável pela Implementação do Projeto Polícia Comunitária –, Coronel Marlon Tezza – Comandante Geral do 4º. Batalhão –, Eriberto Meurer – presidente da ADESS–, assim como representantes das comunidades e da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Desta Audiência saiu o compromisso de entrega dos documentos ao Governador do Estado e o repasse das informações e apelos dos moradores e professores da área do Maciço.

O processo de implementação do projeto de Polícia Comunitária foi interrompido, também, pela troca do então Secretario de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dr. João Henrique Blasi, pelo Dr. Ronaldo José Benedetti. Esta ação desarticulou o projeto, tendo de ser reiniciado.

Dado ao fracasso dos projetos, a violência se mantém no MMC. Como forma de reversão deste quadro, o Fórum do Maciço denuncia a situação ao Ministério Público, exigindo que este cobre as devidas responsabilidades das Três Esferas do Governo.

A denúncia, apresentada em março de 2004 à Procuradoria Federal, surgiu como uma última alternativa de diminuir a violência, aumentando a segurança pública dentro dos morros, e garantindo melhores condições de vida, equidade social e vida digna, onde se garanta os direitos e a verdadeira concepção de cidadania.

Lutando pela concretização de políticas públicas básicas e por uma cidade verdadeiramente democrática e participativa, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, promove um debate com os candidatos à Prefeitura do Município de Florianópolis, em agosto de 2004, para que os moradores do Maciço conheçam as propostas de cada candidato, para a cidade, e mais especificamente, para o Maciço do Morro da Cruz.

O debate foi realizado no dia 12 de agosto, e fazendo-se presentes apenas Afrânio Bopré, Gilmar Salgado e Sérgio Grando<sup>9</sup>. A dinâmica do debate foi de perguntas e respostas, realizadas por lideranças comunitárias do Maciço, sendo que os temas abordados foram: educação, esporte, cultura e lazer, Plano Diretor, infra-estrutura urbana, meio ambiente, questões relacionadas ao lixo e a água, geração de trabalho e renda, e segurança pública. Ao final da realização dos questionamentos, foi assinado pelos candidatos uma Carta-Compromisso, com enfoque nas diversas áreas as quais o MMC precisa de ações, com as principais demandas das comunidades. O debate durou cerca de duas horas, e contou com a presença de moradores da área, estudantes dos colégios pertencentes à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, candidatos a Câmara de Vereadores, assim como eleitores em geral.

Um dos objetivos deste debate foi de promover possibilidades de uma gestão participativa e democrática, onde a Prefeitura discuta com as comunidades melhores soluções, permitindo uma participação popular efetiva, o que não vem acontecendo nas duas últimas gestões.

#### **1.4 Organização do Fórum do Maciço do Morro da Cruz**

Em consequência de todo processo de articulação, reivindicação, participação e organização das comunidades, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, hoje é composto por diversas entidades, movimentos populares, conselhos e associações provenientes das comunidades dos Morros: Alto da Caeira do Saco dos Limões, José Mendes, Mariquinha, Mocotó, Monte Serrat, Morro do 25, Nova Descoberta, Penitenciária, Queimada, Tico-Tico, entre outras. O caráter reivindicativo e propositivo de atuação, o Fórum do Maciço

---

<sup>9</sup> Foram convidados os candidatos, sendo eles Afrânio Bopré (PT), Dario Berger (PSDB), Elpídio Neves (PHS), Francisco de Assis (PP), Gerson Basso (PV), Gilmar Salgado (PSTU), Sergio Grando (PPS), Osvaldo Rodrigues (Vavo) (PTdoB).

do Morro da Cruz está organizado em diversos eixos ou comissões de atuação. (Anexo I).

Resumidamente:

Comissão Executiva: visa articular, organizar, propor e encaminhas as demandas locais na construção das políticas sociais publicas;

Comissão de Educação: busca defender a perspectiva da educação em tempo integral, com qualidade, elaborando um Plano de Participação Popular nas escolas da região, de acordo com a realidade social;

Comissão de Meio Ambiente: tendo como objetivo a criação de um Plano Diretor adequado para a realidade das encostas;

Comissão de Segurança: visa um policiamento comunitário e políticas de segurança em caráter educativo – preventivo;

Comissão de Formação: busca oportunizar a formação sóciopolítica e organizacional das lideranças comunitárias;

Comissão de Trabalho e Renda: visa desenvolver alternativas para oportunização de trabalho e renda a partir do potencial local; e

Comissão de Comunicação: objetiva criar veículos de comunicação popular identificados com a realidade local.

No entanto, para a articulação das organizações se faz necessário o trabalho integrado de profissionais das varias áreas, a fim de que juntamente com a população se organizem em um trabalho coletivo, na busca da solução de seus problemas. É dentro desta perspectiva que o Fórum do Maciço do Morro da Cruz busca suas parcerias sendo elas divididas em dois estágios:

Parcerias Locais: aquelas estabelecidas no município, contando com representantes de instituições governamentais como a Comissão Intersetorial (governo estadual), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente e Secretaria de

Estado da Segurança Pública e defesa do Cidadão (SSPDC), organizações da sociedade civil – Agência de Desenvolvimento Social Sustentável (ADESS) e membros das comunidades já citadas.

Parcerias de Assessoria: visam orientar de maneira técnico-científica as propostas do Fórum, sendo elas, Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP/UFSC), Núcleo Inter-Institucional de Políticas Públicas (NIPP/UFSC), Departamento de Arquitetura/UFSC, Núcleo de Assessoria Jurídico Popular (NAJUP/CESUSC).

A dinâmica atualmente utilizada para viabilização dos encontros entre lideranças e parcerias, e entre si, no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, são encontros mensais da Comissão Executiva contando com a presença de representantes e líderes comunitários anteriormente citados, e reuniões bimestrais denominadas de Fórum Ampliado do Maciço do Morro da Cruz, onde se fazem presentes além das lideranças, as demais parcerias, além de reuniões eventuais de acordo com a necessidade e as próprias reuniões internas das comunidades, com o acompanhamento e assessoramento do Fórum. A instituição conta com um coordenador geral e morador da comunidade de Monte Serrat, o educador popular Padre Vilson Groh; com a secretária executiva, a Assistente Social Kelly Cristiny Cabral; um articulador da área do Maciço, da comunidade Mariquinha, alocado para a mobilização e organização popular, Rui Alves; e com duas estagiárias de Serviço Social, Josiane Stimamiglio e Júlia Gonçalves Rech; conta também com as lideranças comunitárias, que desempenham papel primordial nesta organização: além de propor soluções para as demandas das comunidades, auxilia na elaboração dos projetos para a área, e servem de alavanca para os movimentos sociais na cidade.

Assim, a dinamicidade pressupõe que o movimento é inconstante, o que dá aos Movimentos Sociais todo seu desafio de se ter uma realidade a cada dia, uma nova

expressão da Questão Social em um breve espaço de tempo, dando aos profissionais que trabalham nesta área a imprevisibilidade para o dia de amanhã.

Este é o caminho percorrido pelo movimento sócio-comunitário, na busca pela efetivação dos direitos, levando-se em conta que os resultados nem sempre são tão precisos, que a demanda é grande, mas que o Fórum do Maciço do Morro da Cruz caminha para a proposição e luta por espaços democráticos, buscando amenizar as dificuldades, e levar maior Qualidade de Vida aos moradores.



## CAPÍTULO II

### VIOLÊNCIA URBANA: UM TEMA EMERGENTE

O fenômeno da violência hoje é uma preocupação mundial, o estudo dessa problemática tem ocupado mais recentemente um lugar de grande importância em nossas sociedades devido à violência ser um fato inquietante, crescente e instalada nos vários setores da sociedade.

Muitas são as definições de violência, e muitas são as suas expressões. Segundo ROUX (1994) a “violência é polifacetada, multiexpressiva, exercida de muitas maneiras e se estende aos mais diversos cenários”. A etimologia do termo nos diz que “violência” vem do latim “violentia”, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. Violência, para Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira é “qualidade de violento”, ou, em termos jurídicos, “Constrangimento físico ou moral, uso da força, coação”.

Para Fairchild (1960, p.312), violência é definida como:

Característica que puede asumir la acción criminal cuando la distingue el empleo o la aplicación de la fuerza física o el forzamiento del orden natural de las cosas o del proceder. La violencia es elemento constitutivo de numerosos delitos contra las personas, ya afecten su vida o su integridad corporal (homicídios, lesiones), ya su honestidad (violación), y contra su patrimonio (robo, daños) etc. La violencia caracteriza también todo un tipo de criminalidad (violenta) por contraposición a la astucia, el fraude y la simulación (criminalidad fraudulenta).

Podemos afirmar que a violência sempre fez parte da humanidade. Seus efeitos se podem ver de diversas formas, em todas as partes do mundo. Assim como seus efeitos, algumas causas de violência são vistas com facilidade, outras estão profundamente enraizadas na trama social, cultural e econômica da vida humana. Hoje, a tecnologia permite que certos tipos de violência como terrorismo, guerras, motins entre outros atos violentos, apareçam aos olhos do público todos os dias. No entanto existem muitas outras

violências que ocorrem à parte dos olhares da sociedade, como as violências nos locais de trabalho, em instituições médicas e sociais encarregadas de atender as pessoas e até a fome de grande parte de nossa população. Assim, para realizar uma discussão sobre a violência, se faz necessário inicialmente definir as diversas formas que esta adota, com o fim de facilitar nosso entendimento.

Na área de estudos sobre o tema da violência, se identificam diferentes abordagens teóricas para análise do fenômeno. Tavares (1993, p.14), sugere a seguinte classificação do fenômeno da violência:

- a) Violência do Estado: o estado mata, prisões não regeneram os criminosos. Esse tipo de violência é exercido internamente no âmbito Estado-Nação.
- b) Violência contra o Estado: saques, motins, depredação de trens, luta pela terra, etc.
- c) Violência difusa: é a violência que está em toda a sociedade, nas relações cotidianas de poder entre pessoas e grupos, na família, entre sexos, etc. É a sociedade contra si mesma. Para a violência difusa foram classificadas cinco formas: a violência criminal, a violência política, a violência social, a violência ecológica e a violência simbólica. É a violência entendida como um ato de excesso de poder exercido nas relações sociais.

Diversas disciplinas estudam e discutem a violência, suas diferentes formas, natureza, impacto e causas. A sociologia, a antropologia, o direito, a filosofia, a psicologia, entre outras, têm se preocupado com a definição e o desvelamento dessa questão tão intrinsecamente relacionada com a formação da humanidade.

Quando estudamos a violência, encontramos diferentes abordagens ao tema assim como, na tentativa de explicar tal fenômeno, a sua vinculação ou relação com diferentes questões sociais. Percebemos assim que a publicidade da violência na sociedade e a forma

com que esta aparece, esta centrada no senso comum, e muitas vezes o reforça, principalmente porque o fenômeno da violência está vinculado a preconceitos.

O primeiro destes preconceitos é a relação da *violência com a criminalidade*. Esta articulação, como nos fala Neto (1993, p.18) aparece de forma generalizada e inclui a população em geral.

A vinculação, violência e criminalidade, de caráter generalizante, tem operado uma redução pela qual a violência é vista pela ótica de segurança pública, transformando a criminalidade na única forma de comportamento anti-social que deve ser temida e reprimida.

Outra vinculação preconceituosa relacionada por Neto (1993, p.18) é a *violência e a sua relação com a pobreza*:

O que a articulação violência-miséria tem gerado é muito mais uma criminalização da pobreza [...]. Nesse processo, segmentos sociais inteiros são colocados sob suspeita ou na mira de julgamentos permanentes. Assim, as classes populares em geral, particularizadas em desempregados, subempregados, moradores de rua, jovens pobres ou favelados, são previamente eleitas e estereotipadas como responsáveis pela violência nos centros urbanos.

Por sua vez, encontramos em Odalia (1985, p.86) uma definição de *violência relacionada com a privação*:

Com efeito, privar significa tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e cidadãos. A violência nos impede não apenas de ser o que gostaríamos de ser, mas fundamentalmente de nos realizar como homens.

Finalmente em Michaud (1989, p.32) encontramos uma última relação, que é a *violência como agressão*:

[...] determinada com a correlação de diversos fatores de condutas agressivas (psicologia geral da agressividade), entre fatores traumáticos e a formação das personalidades agressivas (abordagens clínicas e estatísticas) e a agressividade e a violência no âmbito das situações de interação (psicologia social).

Segundo os autores estudados, a violência é um fenômeno antigo, não é um fenômeno homogêneo devendo-se falar em violências, e assume muitas formas e práticas

sociais: física, moral, ideológica, sexual, econômica, ecológica, política, etc. Assim, quando pesquisamos sobre a violência, percebemos que o viver em sociedade sempre foi um viver violento, que esta se faz presente em todas as épocas; desde o homem das cavernas, que a utilizava para a caça e para sua defesa frente a outros animais e homens; as civilizações antigas como o Egito e a Grécia com suas lutas sangrentas e com o início da escravidão; a Idade Média com suas guerras, punições, fogueiras e mortes públicas que mostravam o poder das elites assim como da Igreja; a I e II Guerra Mundial que mataram milhares de pessoas assim como as bombas atômicas que devastou a população de Hiroshima e Nagasaki; até os dias atuais, onde a violência aparece em suas várias faces. Não podemos nos esquecer que entre nós, no Brasil colonial, também se utilizava a violência, inicialmente com os índios – deve-se lembrar que para que os mesmos pudessem ser considerados seres humanos, necessitavam de uma bula papal, declarando serem possuidores de uma alma. Assim também com os escravos que eram considerados *Res falans* (coisa que fala), podendo ser comprados, vendidos e utilizados de acordo com a vontade de seu senhor.

Afirmando sobre a origem da violência nas sociedades, Flores (1982, p.24) coloca:

Se investigarmos, ainda que panoramicamente, a história da palavra violência – ou a história das situações de violência – veremos que esta história começa com a própria história. Ou, dito de outro modo, os mitos sobre a origem da sociedade – e não apenas no Ocidente – são frequentíssimamente histórias em que a violência é tema, aspecto ou ponto de vista decisivo no enredo mítico. [...] Digo que a história da humanidade – ou antes, a história da sociedade – é um registro da articulação de diferentes formas de violência a outros modos de manifestação dos agenciamentos sociais. O que quer dizer que a história, enquanto teoria mesma, não pensa o humano fora da coação, da luta, da guerra, da tortura, da dominação brutal, da fome e do desespero.

Aprofundando o pensamento de Flores, encontramos em Halfpap (1999, p.278) aquilo que pode ser considerado como explicação para os homens utilizarem tanto da violência em suas relações:

Inúmeras são as teorias que procuram explicar as pulsões agressivas no ser humano, ao mesmo tempo em que deixam claro que é difícil de se elaborar uma síntese capaz de englobar o fenômeno. Ao que tudo indica, a agressão é um fato real no homem. Ela não é boa nem má. Depende de como ela é utilizada. Em sociedades estruturadas, o comportamento agressivo pode ser canalizado em benefício do próprio indivíduo ou em benefício dessa mesma sociedade. Todo ser humano utiliza-se dela para conseguir uma posição social, para lutar, vencer, enfim, para atingir um objetivo. Nesses casos, a agressividade é colocada a serviço das instituições sociais. Porém, quando negativa, a agressividade é um fator de inadaptção. Muito dessa violência pode aflorar em situações sociais limites. Entre essas situações, a pobreza e o desemprego em massa são fatores quase determinantes.

Desta maneira, a violência aparece variada e constantemente como intrínseca à vida social, principalmente na medida em que pensamos que desde nosso nascimento, nossa criação e até a maturidade, somos educados de maneira a crer que “enquanto o mundo for mundo”, haverá pobreza, miséria, infelicidade, desamparo, entre outros adjetivos de inferioridade e violência; é a herança irrecusável de uma parte da humanidade, sendo esta a mais numerosa; e que seus opostos (a riqueza, a alegria e a felicidade, o amor e a privacidade), são propriedades ou benefícios de outra parte desta humanidade, a minoria. Tal situação é vista por nós como irreversível, e tratada como condição natural e necessária para a existência da sociedade. Já afirmava Arendt (1994, p.33), que “a sociedade humana aparece como a filha da injustiça e da desigualdade, sem que estas possam ser atribuídas à ação do homem”.

Falando sobre a ação violenta do homem em sociedade e sobre a naturalização de tais atos, Odalia (1985, p.35) afirma o seguinte:

O ato violento se insinua, freqüentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como inscrito na ordem das coisas.[...] Toda a violência é institucionalizada quando admito explícita ou implicitamente, que uma relação de força é uma relação natural – como se na natureza as relações fossem de imposição e não de equilíbrio.

Considerando então que a história do homem e da sociedade sempre foi violenta, sempre utilizou imposições de força de um sobre o outro para adquirir maior poder ou

status fica claro, ou mais evidente. que as situações vivenciadas hoje, principalmente, mas não somente, nas cidades, já existem a longo tempo e foram se agravando à medida que a sociedade foi evoluindo. Neste contexto a violência não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas o resultado de um processo, de uma cultura.

A este respeito nos coloca Odalia (1985, p. 85-86):

[...] o homem é um ser essencialmente histórico, o que equivale dizer é essencialmente mutável. O homem, na historia, tem sido o que a sua sociedade é. Se ela é injusta, ele também o é; se ela é violenta, ele não faz por menos. Mas é a consciência que o homem tem de que é, em última análise, o produto da sociedade, que o tem levado a lutar contra as injustiças, as violências, as discriminações, os privilégios, pois só assim ele poderá chegar um dia a uma sociedade em que a violência – se não abolida integralmente – pelo menos não flua tão abundantemente de estruturas societárias que a tem como condição de sobrevivência.

A violência grupal é, pois, pelas suas proporções e sua visibilidade social, o centro mais relevante dos estudos a respeito. Os centros urbanos se configuram hoje pelas suas disparidades sociais e de renda. Segundo Puty (1982, p.17), “a violência vem a ser o termômetro social do grau de distorções acumuladas na base econômica da nação, a partir do processo de desenvolvimento altamente desequilibrado”. Reforça a autora assim que, a má distribuição de renda, o desemprego e a favelização intensa dos centros urbanos são causas diretas dos processos de violência, embora não sejam as únicas. Percebemos então, que a violência não esta determinada por nenhum fenômeno isolado, ela é resultado de uma série de questões que envolvem diversas problemáticas; entretanto os problemas sócio-econômicos são os que dão maior visibilidade às questões que deflagram em violências.

Contudo, hoje o problema da violência estende-se a todas as camadas sociais e têm implicações diretas e indiretas para a vida cotidiana de todos. O crescimento acelerado e intenso das grandes cidades que se deu com a evolução do capitalismo industrial, assim como o acelerado crescimento demográfico, intensificado pelas migrações das famílias deslocadas do campo, quer pela melhoria dos métodos agrícolas, quer pela perda de suas

terras, contribuíram em grande escala para a pobreza, a miséria, doenças e a criminalidade nas grandes cidades.

No entanto, a urbanização acelerada e desorganizada não é o único gerador da violência nos perímetros urbanos; ela é produto de uma sociedade desigual e preconceituosa, como nos fala Halfpap (1999 p. 132):

A urbanização, por mais dramática que tenha sido no Brasil, por si só, não é causadora da violência. O que explica esse processo é a desigualdade social que não só reproduz modelos econômicos passados, mas tende a aumentar os processos de pobreza, desorganização social e marginalidade. É por isso que a situação das classes menos privilegiadas tende a agravar-se a partir do fenômeno urbano onde não cessam de crescer os cinturões de miséria e do desemprego crônico.

A violência enquanto desigualdade é ato costumeiro e já naturalizado nas relações e estruturas sociais. Estas diferenças entre os homens que, permitem que alguns usufruam à sociedade o que é negado a grande maioria, é uma forma de violência que atinge a muitas sociedades. Tal desigualdade é mais facilmente percebida nas grandes cidades, onde em seus bairros pobres, em que abundam as favelas, a violência em várias de suas formas não pode passar despercebida, muito menos ser escorraçada e evitada. Ela é uma realidade com a qual se convive, uma realidade cuja proximidade e intimidade conduzem a naturalizá-la, no entanto, não a aceitá-la. Sobreviver em ambientes como estes é sofrer, mas principalmente, produzir violência, uma vez que muitas vezes nos vemos obrigados a agir de maneira violenta para garantir a própria sobrevivência.

Assim, violência é um processo, já que consiste numa realidade duradoura, diversificada e múltipla. Neste sentido Neto (1993, p.21) destaca:

A violência urbana, diferentemente de outros temas que mobilizam a opinião pública, enfrenta questões extremamente complexas em seu debate. Por um lado, ela – como as desigualdades sociais, a pobreza, os direitos sociais, a cidadania e tantos outros – remete às consequências de uma estruturação extremamente desigual da sociedade e aos efeitos de suas sucessivas crises sociais e econômicas. Por outro lado, ela remete também ao universo práticas sociais enraizadas num imaginário sociocultural, de muito mais complexo acesso, tanto mais quanto

reatualizado constantemente por eventos cotidianos que tocam diretamente a experiência de vida concreta de diferentes segmentos sociais.

Na sociedade contemporânea, a violência é mais do que um fato. É um conjunto de condições que a fazem possível, de fatos que a concretizam e de conseqüências diretas e indiretas que incidem tanto sobre os agentes como sobre as vítimas. A violência é um processo e não um fato isolado e, conseqüentemente, existem diversos tipos, momentos, formas e intensidades de violência, as quais mudam em diferentes momentos, condições e organizações sociais. Assim, portanto, não podemos negar que a violência pode ser manifestada desde a falta de alimentação, moradia, educação, lazer, trabalho, saneamento, cultura até a eliminação da vida por outrem (sua mais explícita manifestação).

Aprofundando sobre as desigualdades, principalmente econômicas e sociais em nosso país, Guimarães (1981, p.157) destaca que:

O desequilíbrio entre o crescimento urbano e a disponibilidade de recursos e equipamentos sociais se refere a baixos padrões de habitabilidade, de saúde, de conforto, cujos níveis não cessam de cair. Tais tendências apontadas se refletem também no crescimento contínuo da criminalidade e cujos índices de violência se tornam cada vez mais difíceis de serem controlados.

Assim, falar sobre a violência é mais do que falar sobre um problema, é falar sobre o drama da sociedade, um drama comum a todas as sociedades, onde estão colocadas questões extremamente profundas, como a banalização e a naturalização de tais atos. A violência está sendo assistida e tratada pela população, de um modo geral, com estranha medida de indiferença como se tais acontecimentos fossem uma decorrência natural do acelerado crescimento econômico e das cidades, do desenvolvimento tecnológico e assim por diante, como se estivesse intrínseco nas relações sociais, principalmente quando tratamos como fatos circunstanciais o terrorismo contra os sem-terra e trabalhadores rurais, a inclemência contra as mulheres, a perversidade racial, o assassinato em massa de crianças e adolescentes, a não percepção daqueles que se encontram nas calçadas com



fome, frio, sem teto e sem perspectivas, as diferentes formas de exclusão, entre muitas outras violências cometidas diariamente e não enfrentadas e solucionadas.

## **2.1 Contextualizando a violência em Florianópolis**

A partir de 1823, quando Florianópolis (ainda chamada Desterro) torna-se capital da província de Santa Catarina, surgem recursos financeiros federais para a nova capital, e inicia o seu processo de desenvolvimento e urbanização.

No entanto, é a partir do século XX, com a construção da Ponte Hercílio Luz, as construções e inovações na área da construção civil, com a implantação de redes básicas de energia elétrica e do sistema de abastecimento de água e captação de esgotos, que se intensifica a urbanização no município.

Em 1960 o desenvolvimento da capital é acelerado pela implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, posteriormente pelo asfaltamento da rodovia federal, BR 101, que propiciou a abertura do mercado e do turismo, atraindo empresas de grande porte como a Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL, culminando com a rodovia BR-282 que expandiu os limites da capital, ocasionando e intensificando as migrações de famílias do interior do estado para a capital em resposta a geração de vagas de trabalho assim como em busca de melhores condições de vida.

No entanto o não planejamento da cidade para de modo a garantir moradias para a população de baixa renda fez com que esta se estabelecessem em áreas de menor valor imobiliário, sendo estas áreas de encostas dos morros, mais tarde definidas como áreas de APP – Área de Preservação Permanente. A acelerada e desorganizada urbanização nestas áreas ocasionou um índice, que se faz crescente, de problemas tanto urbanísticos quanto sociais, pois estamos nos referindo a disposição de grande número de população de baixa

renda localizada no centro da cidade, no entanto em áreas de risco e em condições de sobrevivência estruturais, econômicas e culturais altamente precárias.

Florianópolis, assim como muitas das cidades brasileiras, exibem problemas como da habitação precária, alto índice de desemprego, falta de infra-estrutura básica, transporte, saúde e educação insuficiente, entre outras privações comuns à população pobre brasileira e sob essa óptica vem a revelar novas carências. Segundo Halfpap (1999 p.80):

A exemplo do que ocorre em outras regiões do País, a cidade de Florianópolis, embora de porte médio, apresenta também zonas de deterioração social bem localizadas. Sob esse aspecto, a região em estudo sofre os problemas da miséria, do desemprego, da ausência de moradia e de grande fluxo migratório rural, que tendem a engrossar os problemas de marginalidade social no município.

Através de dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis- IPUF, podemos identificar que a maioria da população residente em áreas carentes de Florianópolis – estas definidas por este órgão municipal como aqueles bolsões populacionais onde cerca de 70% das famílias tem renda média entre zero e três salários mínimos. “[...] [que] além de carência sócio-econômica, apresentam problemas de habitação, infra-estrutura e, de equipamentos urbanos.” (IPUF, 2001, p.03), são de origem de outras cidades do Estado, bem como, de outros Estados e, inclusive, de países vizinhos.

A procedência da população de Florianópolis, segundo mesmo relatório, se dá em sua maioria por migrantes da região do Planalto Serrano e Oeste do estado, sendo estes 47% da população de Florianópolis, contra 28% da população natural da Ilha e Grande Florianópolis; os outros 25% da população são de origem de outros estados e até de outros países.

Também podemos perceber através de dados do IBGE (2003), que nos últimos vinte anos, o migrante alavancou o desenvolvimento populacional da região da Grande Florianópolis, segundo se indica no seguinte quadro:

Quadro 1 – Crescimento porcentual da população migrante na região em relação ao crescimento total

Ano	1980	1991	1996	2000
Percentual de população migrante	33%	39%	44%	48%

Fonte: IBGE. Relatório Crescimento População Migrante- grande Florianópolis. 2003.

De um modo geral, a fixação dessas famílias no município explica-se pela busca de melhores condições de vida e emprego.

Tal fenômeno de migração é abrangente e traz em sua base os problemas sociais vivenciados hoje em nosso país. As constantes e crescentes migrações resultam em novas regiões empobrecidas na região de Florianópolis. Destacando-se as regiões do Maciço do Morro da Cruz, como mostra relatório do IPUF.

Quadro 2 – Relatório Perfil Áreas Carentes: Ilha e Continente

ILHA	CONTINENTE
1. Morro do Mocotó (MMC)	1. Ponta do Leal
2. Morro da Mariquinha (MMC)	2. Morro da Caixa I
3. Mont Serrat (MMC)	3. Morro da Caixa II
4. Rua Laudelina da Cruz Lima (MMC)	4. Jardim Ilha Continente
5. Santa Clara	5. Via Expressa
6. Rua José Boiteux (MMC)	6. Vila Aparecida I
7. Rua Ângelo La Porta e adjacências (MMC)	7. Vila Aparecida II
8. Morro do Céu (MMC)	8. Morro do Arranha Céu
9. Morro do Vinte e Cinco (MMC)	9. Morro do Flamengo
10. Morro do Pedregal	10. Novo Horizonte
11. Morro do Horácio (MMC)	11. Chico Mendes
12. Vila Santa Rosa	12. Santa Glória
13. Morro da Penitenciária (MMC)	13. Nova esperança
14. Serrinha I (MMC)	14. Santa Teresinha I
15. Serrinha II (MMC)	15. Santa Teresinha II
16. Morro da Queimada (MMC)	16. Monte Cristo
17. Caeira do Saco dos Limões (MMC)	17. Baixada do Sapé

18. Carvoeira	18. Nossa Senhora do Rosário
19. Pantanal	
20. Costeira do Pirajubaé / Rio Tavares	
21. Morro do Quilombo	
22. Morro do Atanásio	
23. Morro do Vino / Morro do Caju	
24. Morro do Balão	
25. Morro da Janga	
26. Areias do Campeche	
27. Rua Adão dos Reis (Ingleses)	
28. Rua do Siri (Ingleses)	

Fonte: IPUF. Relatório Perfil Áreas Carentes: Ilha e Continente, Florianópolis, jul. 1993<sup>10</sup>.

O conhecimento dessa realidade é fundamental para o processo de entendimento dos problemas de Florianópolis, pois as carências sociais são, de modo geral, fontes geradoras de grandes problemas sociais, entre eles a violência. Assim também, afirma Halfpap (1999, p.124), “cada um desses fatores de carências sociais e negação de direitos básicos é uma violência, pois denigre e avilta a pessoa humana; cada um deles parece negar a própria razão do homem viver em sociedade; cada um deles desrespeita o ser humano, por lhe negar essa condição”.

O índice de violência em Florianópolis nos últimos quatro anos aumentou vertiginosamente. Conforme dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública, em 2000 foram assassinados 71 pessoas, número que passou para 94 no ano de 2001, ainda crescente em 2002 com 155 assassinatos e em 2003 passou para 187 assassinatos. Nos oito primeiros meses de 2004, já foram assassinados mais de 150 pessoas na Grande Florianópolis, sendo que deste, apenas na Ilha de Santa Catarina, foram assassinados 90 jovens.

<sup>10</sup> Infelizmente a política atual adotada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis não permite divulgação de dados e pesquisas a estudantes e a sociedade civil. Assim como nos foi passado que não foram realizadas pesquisas sobre estes aspectos nos últimos anos.

A maioria destes assassinatos está relacionada com o tráfico de drogas, no qual os jovens, sem perspectivas, acabam empurrados ao crime organizado como uma das formas de sobrevivência.

Segundo dados apontados pelo "Estudo sobre Crimes no Estado", no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2004, foram registrados 93 assassinatos na cidade de Florianópolis no primeiro semestre - cerca de 36% do total de homicídios ocorridos em todo o Estado. A pesquisa, realizada a partir de dados das delegacias da Grande Florianópolis, apurou que cerca de 65,6% das vítimas de homicídios tinham envolvimento em ações criminosas e eram ligadas ao tráfico de drogas. Já 24 pessoas assassinadas (25,8%) não tinham envolvimento com crimes, sendo que destas 7,5% (sete) foram mortas por "rixas" (brigas em festas, por exemplo), 5,4% (cinco) foram vítimas de crimes passionais, 5,4% (cinco) mortas por motivo torpe (ofensa à honra), 3,2% (três pessoas) foram vítimas de bala perdida, 3,2% (três) pessoas foram assassinadas por engano (os criminosos acreditavam que estas haviam sido "juradas de morte") e 1,1% (uma pessoa) foi vítima de latrocínio (morte seguida de roubo). Fonte: AN Capital – 26/10/2004

A imprensa, diariamente, noticia a influência direta do uso e do tráfico de drogas no desencadeamento da maior parte dos crimes violentos que acontece no país. No entanto, muitos autores questionam o modo de divulgação da violência na mídia, colocando que seus relatos são preconceituosos, alienantes e visam naturalizar atos tão perversos. Como nos coloca Halfpap (1999, p. 210):

Fica muito claro, no âmbito de nossas discussões, que os meios de comunicação de massa e, em particular a televisão, influenciam o comportamento humano, mas, essa influencia na maioria das vezes, tem caráter alienante, persuasivo e vazio de conteúdos. A mesma oferece exemplos expressivos na banalização de seus espetáculos.

Ao divulgarmos a quantidade de mortes nas áreas de maior incidência destes atos na capital, ocorridas em um espaço mínimo de tempo, interrogamo-nos a respeito do que se está fazendo para solucionar o problema da violência.

Percebe-se que, o modo como essa violência é vista perante as autoridades, e pela sociedade em geral, é de pouco caso ou até mesmo de insignificância. Resultando em ações limitadas para por fim ao crescente número de mortes em Florianópolis.

Ficamos assim, extremamente preocupados com o nosso futuro e com as seguintes gerações. No entanto, esta preocupação não é recente como também não é recente o método de negação e desresponsabilização da sociedade para com o aumento da violência. Assim afirma J. J. Tobias (1972), citado por Guimarães (1981, p. 27):

Quem quer que tenha estudado o crime na primeira metade do século dezenove ficará impressionado pelas muitas semelhanças com os dias atuais. Muitas controvérsias agora correntes estavam então em voga e muitos dos pontos de vista ditos modernos foram colocados antes. Realmente, na maior parte do tempo entre 1815 e 1850, a Nação estava, assim como hoje, falando ansiosamente acerca da intensificação do crime, especialmente entre os jovens, e ficava imaginando o que deveria ser feito. Muitas pessoas acreditavam que a nação estava enfrentando um problema sem precedentes. Como hoje, havia os que, sem negar a existência do problema, sentiam que era exagerado falar-se de uma intensificação do crime.

A impressão sentida é que os acontecimentos violentos parecem não abalar a vivência cotidiana de parte dos indivíduos em Florianópolis, principalmente daqueles que residem na Av. Mauro Ramos, e dos Poderes Estaduais e Federais que se encontram tão próximos desta realidade. Não são poucas as janelas das salas de governantes que refletem os casebres e a pauperização da população; no entanto ela parece passar despercebida por suas visões. Uma razão para isto é que tais assuntos não são discutidos devidamente e não são vivenciados pela população como um todo. Outra razão é que a indiferença com que é tratada essa questão acontece principalmente para a garantia do chavão “Capital de Qualidade de Vida”, e explicita a inexistência de um Estado provedor e garantidor de direitos.

Em contrapartida, a Constituição Brasileira de 1988, preconiza em seu artigo terceiro, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, p.13).

Se tais objetivos visam diminuir e/ou acabar com as constantes violências em nosso país, o que se tem feito para efetivar tal direito?

## **2.2 Estatísticas no Maciço do Morro da Cruz**

O Maciço do Morro da Cruz é a região de Florianópolis que mais sofre com a violência. Primeiramente porque a população residente nestas áreas não é reconhecida pelos governantes, sendo deixados completamente de lado dos projetos e planos municipais. Gera-se assim numa realidade extremamente cruel de desvalorização do ser humano e negação de seus direitos fundamentais, dado que para esta população é negado o direito a água, energia elétrica, infra-estrutura básica como ruas, iluminação pública, coleta de lixo, saneamento, entre outras premissas básicas para a garantia de uma vida digna.

Outra constante violência sofrida por esta população é o preconceito e a discriminação racial. Grande parte dos moradores do MMC são descendentes de negros, que se fixaram nestas localidades devido à expulsão desta população das áreas centrais da cidade, fato ocorrido no final do século XVIII. O preconceito se visualiza quando ao procurar emprego – ou simplesmente em conversa com outras pessoas – tem que se “negar” o local de moradia ou colocar, falsamente, que reside na Av. Mauro Ramos, Rua João Motta Espezzin, Rua Lauro Linhares, ou no bairro Trindade, Carvoeira e Saco dos Limões. A premissa de que “todo negro é pobre e que todo pobre é marginal” que ainda existe e persiste em nossa sociedade, pode-se fazer perceber claramente nestas comunidades.

Como se não bastassem as violências citadas acima, ainda existem outras que são sofridas pela população pobre de nosso país, como o baixo investimento e baixa qualidade dos setores de saúde pública, educação, habitação, e o alto nível de desemprego.

Podemos perceber ainda que são nestes locais onde se localizam a maioria dos criminosos ligados ao narcotráfico e onde se sofre com as constantes mortes relacionados geralmente a dois motivos: ou pela disputa de locais de revenda de drogas; ou por dívidas de drogas não pagas.

As comunidades pobres são em geral para o crime violento os locais ideais para sua instalação. Percebe-se tal realidade, principalmente em Florianópolis, onde as comunidades carentes estão afixadas em locais geograficamente bem localizados, dando-lhes uma visão privilegiada do centro da cidade como um todo, além de facilitar suas fugas pela razão de serem estas mal estruturadas e, muitas vezes, de difícil acesso.

Como os dados revelam, a violência vem aumentando sistematicamente em Florianópolis e na região do MMC. A escalada dos homicídios na região iniciou-se em 1999 e adquiriu forças nos anos seguintes.

No ano de 2000 na Capital, foram registrados 71 assassinatos; havendo um aumento de 34% em 2001; em 2002 houve um salto de 65% de homicídios. O ano passado acabou com um índice de 21%, e este ano, até setembro, ocorreram 153 homicídios. Queremos destacar aqui que estes números são acumulativos. A maioria dos homicídios ocorridos na Capital são procedentes do MMC, no entanto, não existem estatísticas específicas desta região.

Podemos, no entanto perceber tal afirmação nos dados divulgados pela própria Secretaria de Segurança Pública:



Quadro 3 – Registros de homicídios nas DPs da Grande Florianópolis – Cidades

2ª DP São José	26 Homicídios
9ª DP Jardim Atlântico	22 Homicídios
5ª DP Trindade	21 Homicídios
DP Palhoça	11 Homicídios
4ª DP Capital	10 Homicídios
1ª DP Capital	13 Homicídios
2ª DP Capital	10 Homicídios
1ª DP São José	06 Homicídios
8ª DP Capoeiras	03 Homicídios
3ª DP Estreito	04 Homicídios
São Pedro Alcântara	02 Homicídios
7ª DP Canasvieiras	04 Homicídios
3ª DP São José	02 homicídio
10ª DP Lagoa da Conceição	02 Homicídios
DP Santo Amaro da Imperatriz	02 Homicídios
São João Batista	02 Homicídios
DP Biguaçu	02 Homicídio
DP Governador Celso Ramos	01 Homicídio
DP Tijucas	01 Homicídio
FLORIANÓPOLIS	93 HOMICÍDIOS
SÃO JOSÉ	37 HOMICÍDIOS
PALHOÇA	11 HOMICÍDIOS
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	03 HOMICÍDIOS
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	02 HOMICÍDIOS
SÃO JOÃO BATISTA	02 HOMICÍDIOS
BIGUAÇU	02 HOMICÍDIOS
GOVERNADOR CELSO RAMOS	02 HOMICÍDIOS
TIJUCAS	01 HOMICÍDIO
TOTAL	153 HOMICÍDIOS

\* A Região da Grande Florianópolis é formada por 22 municípios.

Fonte: SSP. Levantamento de Vítimas de Homicídios na Grande Florianópolis. Florianópolis, set. 2004.

É de grande relevância registrar que no mesmo relatório, são destacados que 80% dos assassinatos têm relação direta com o consumo/tráfico de drogas, roubo/furto e receptação de mercadorias; 85% dos crimes ocorrem em áreas consideradas críticas; e 90% das vítimas têm antecedentes criminais.

Ainda conforme relatório da SSP, percebemos que a maioria das vítimas eram menores de idade – 76 vítimas tinham idade entre 15 a 25 anos, 50 tinham idade entre 26 a 50 anos, 07 tinham idade entre 51 a 84 anos e 05 não foram identificados – e do sexo masculino. Assim se confirma uma das grandes questões da atualidade, que é a vinculação do jovem no mundo do crime, por ser este a maneira mais rápida, embora arriscada, deles conseguirem sair da miséria. Há hoje, apenas na região do MMC, pelo menos 10 mil jovens que daqui a 4 anos vão estar com a idade entre 15 a 18 anos, e que precisam ser incluídos em políticas públicas garantidoras de direitos para que não se vinculem à criminalidade.

A exclusão social leva os jovens a se vincularem às mais variadas modalidades de crimes; se não houver um processo de inclusão social para essa juventude, certamente eles vão adotar o caminho da criminalidade, conforme afirma o coordenador do FMCC em entrevista:

As principais vítimas da violência no Maciço do Morro da Cruz são os jovens. Na região vivem 10 mil meninos e meninas que, na falta de oportunidades de estudo, lazer e emprego, acabam trabalhando para o tráfico. Para ser olheiro de traficantes, os jovens recebem por dia o que poderiam ganhar por mês em um trabalho convencional. O poder paralelo se constitui porque não há políticas públicas para fazer a inclusão desses jovens. Só no ano passado presenciei 80 funerais, a maioria de jovens e desses jovens, a maior parte negros. (Pe. Vilson Groh, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Percebe-se após relato de todos os dados e através das entrevistas realizadas, que muitas são as violências sofridas pelas populações empobrecidas em Florianópolis, e não somente aqui, mas em todo o nosso país. Mais que isto, percebemos que a violência existe, é crescente e camuflada para pelos órgãos públicos e pela sociedade civil por ser uma

realidade extremamente cruel e da qual não gostaríamos de saber ou de conviver, sendo mais fácil negá-la ou criar a fantasia de que acontecem a uma minoria, a qual esta distante de nossa realidade.

No entanto, tal trabalho traz a tona que a violência se faz presente em nossa capital e esta extremamente próxima de nossa realidade, se fazendo urgente e necessária a criação de políticas públicas, debates, manifestações, divulgações, entre outros atos para a solução e/ou erradicação de tal violência, que na nossa consideração, é uma violência realizada por nós e contra nós mesmos.

### CAPÍTULO III

#### MEDO E INSEGURANÇA: AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA

Em Florianópolis, hoje o medo e a insegurança são constantes no cotidiano da população. Percebe-se tal realidade a partir das casas e condomínios, que não mais apresentam em suas fachadas belos jardins, entradas com delicados detalhes, enfim, fachadas românticas como se apresentavam em nosso país no século XIX, mas estão cercadas com altos muros e ainda dentro destes circulam cães de guarda, além das câmeras de seguranças e alarmes.

Aqueles segmentos sociais que possuem melhores condições econômicas constroem equipamentos de moradia, lazer e consumo exclusivos, com grandes portões, grades e segurança constante. Para esses setores da sociedade, ainda se constata algum espaço de manobra para fazer face à violência, uma vez que dispõem de recursos materiais. Enquanto que aqueles de menor poder aquisitivo, que residem em espaços de maior contingente populacional, onde não se fazem possíveis à construção muros ou outros meios para “garantir” proteção, se vêem obrigados a conviver com uma realidade cada vez mais violenta e amedrontadora.

Ao se estudar o medo na sociedade urbana, percebemos que esta “nova” organização social se processa por meio do aprisionamento da população no espaço privado, pois, a população amedrontada pela situação de violência, adota, como último recurso, o recuo do espaço público para o privado e a instalação de grades de proteção, entre outras medidas. Esta realidade se denuncia com o esvaziamento de praças, parques e espaços alternativos de socialização, transformando-nos numa sociedade regida pelo medo.

No contexto urbano existem muitos motivadores que produzem o medo na população: como ser confundido, ficar desamparado na rua, ser assaltado, seqüestrado, o

fato de estar no meio de uma multidão desconhecida ou de se envolver em um acidente de carro, entre muitos outros medos gerados pelo homem e por seu subconsciente.

Neste sentido destaca Moraes (1981, p. 21):

Teme-se igualmente tanto as ações criminosas dos assaltantes quanto às ações policiais, marcadas por igual ferocidade. Em parte alguma há segurança, deixando-nos tensos por várias razões, uma delas é o medo de que sejamos abordados por ladrões que nos levem a bolsa ou a carteira, deixando-nos sem dinheiro – dinheiro este que já tinham destino ou que não pertenciam a quem os carregava – a isto acrescenta-se que, se somem os documentos pessoais, além das dificuldades e despesas para tirar segundas vias, corre-se o risco de detenção para averiguações (por falta de documentos).

E a estes ainda somam-se muitos outros medos, sendo que se faz necessário destacar neste trabalho, o sentimento de medo e insegurança quanto à força policial, instituição esta que deveria prover a segurança entre a população, mas gera medo por circular pelas ruas e entre a multidão portando armas de fogo poderosas que, a qualquer momento, podem ser sacadas e disparadas, por necessidade ou por equívoco. Outra razão para o sentimento de medo da polícia é que, em sua maioria, não há um investimento do Estado para com esta, formando assim grande número de policiais despreparados e pouco qualificados para o trabalho em meio à sociedade.

Segundo estudos, o medo causa sérios danos à vida dos cidadãos, um deles é o estresse que aparece hoje como uma das grandes doenças da época. Como coloca Moraes (1981, p. 15):

Sempre se pagará sério preço, orgânico e psíquico, por se viver o medo. O medo faz definhar: há a instalação de grande sentimento de fraqueza física (astenia), o surgimento de náuseas, de dores de cabeça, de frio nas extremidades por deficiência de irrigação do sangue (“gelado de medo”); começam a surgir problemas digestivos e outros. O medo faz definhar, fisicamente pelos fatores acima mencionados, psiquicamente por uma funda apatia que vai produzindo nos amedrontados [...] E assim vamos vendo que não há exagero quando falamos de uma síndrome do medo que hoje subverte a vida humana nos centros urbanos desenvolvidos.

O medo torna lentas as funções vitais, provocando diversos problemas às pessoas e as levando a desenvolver características de defesa como a agressão ao estranho, ao

desconhecido, buscando maneiras de passar despercebido em diversos lugares e até, em alguns casos extremos, buscando meios alternativos para não precisar se deslocar de sua casa “segura” para outros locais, trancando-se naquilo que lhe parece um oásis. Moraes quando aborda tal questão, coloca que, muitas vezes, o medo da população desestrutura a vida cotidiana da cidade, na medida em que seus moradores se sentem tão amedrontados a ponto de não mais desenvolverem suas atividades, colocando em risco o desenvolvimento da própria cidade. Neste sentido também, reitera Adorno (1992, p.20) que “todo contato ou vínculo passa a ser visto como sendo passível de impureza, o que reforça expectativas de isolamento e segregação”.

O fato é que estamos amedrontados por muitas razões. Importante é anotar que o crime não é o único responsável por estes sentimentos, ele somente os potencializa, pois outros fenômenos típicos da vida na metrópole – incerteza quanto ao futuro, crescimento desordenado das cidades, a má distribuição dos equipamentos urbanos e de recursos de infra-estrutura – colaboram para incuti-los entre as populações das principais cidades do país e do mundo. Em verdade, o crime é apenas um aspecto da violência nas cidades grandes – muito embora seja aspecto da maior importância e o destacado neste trabalho.

As cidades brasileiras vêm, paulatinamente e sistematicamente, internalizando o medo da violência urbana como elemento indissociável da vida na cidade. Neste sentido, afirma Adorno (1992, p. 22):

Tudo leva a crer que a dramatização da violência urbana está a dizer algo além do mero crime. Parece dizer respeito à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação dos conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social.

Assim percebemos que o medo geral no qual estamos submersos nos centros urbanos gera uma deterioração do ser humano e conseqüentemente implica numa queda de qualidade de vida. Ao observarmos os discursos, as imagens e as transformações em curso

no modo de vida das populações urbanas, vemos que estas apontam para a percepção do espaço urbano sob a égide do medo. Pensar no cotidiano dos cidadãos residentes nas cidades pressupõe considerar os indivíduos em constante estado de alerta. Para esses, o perigo está próximo, circunda as ruas, o ambiente privado dos lares e do trabalho. Conforme Morais (1981, p. 84-85):

Viver na metrópole já se transformou, em larga medida, uma verdadeira prática de roleta russa, um jogo de azar muito perigoso. Há um caráter gratuito no assalto, no latrocínio, no homicídio, expondo cada morador a uma irracionalidade social chocante. E os meios de comunicação alardeiam em suas seções policiais a falta de motivações imediatas para atos tão brutais, alimentando cotidianamente a um pavor crescente que neurotiza a população e faz com que os cidadãos tomem suas próprias providências básicas: a) apontarem sempre a ineficiência da polícia, e b) comprarem armas para sua autodefesa. Isto traz como consequência que a polícia, também por causa das críticas constantes, se torne mais e mais violenta e os populares que lhe ataçaram o ânimo venham a ser vítima da própria violência policial. Por outro lado, uma população armada passa a apresentar reações demasiado tensas e ousadas, ocasionando crimes inteiramente despropositados.

A queda drástica da qualidade de vida e a situação de desvalorização da vida, que se apresenta nos centros urbanos cria na sociedade uma sensação de impotência diante do problema da violência. Os meios utilizados para a garantia de segurança, como grades, muros, cadeados, concreto e até o silêncio de parte da população frente às questões de violência presenciadas dia-a-dia, constituem algemas de uma sociedade cada vez mais amedrontada e dividida, que não busca soluções efetivas e abrangentes, mas apenas se utiliza de medidas paliativas e ainda mais excludentes.

A realidade vivenciada hoje exige uma ação urgente, qualificada e abrangente para a superação do medo e da insegurança e para a melhoria da qualidade de vida. Essa ação deve ter em sua base o planejamento conjunto dos órgãos públicos, privados e com a sociedade civil, para assim garantir uma verdadeira diminuição da violência em nosso cotidiano. Pois conforme coloca Morais (1981, p.95), “não há quem não se sinta violentado com tudo isso, com um meio no qual as manifestações de amizade e simpatia passaram a

causar desconfiança. É o “desaquecimento” do humano, para não dizer que seja sua deterioração.”

### **3.1 Influências no Cotidiano Comunitário**

As comunidades de baixa renda são as que mais padecem com a violência cotidiana. Como já abordado anteriormente, estas comunidades sofrem com a falta de infra-estrutura básica, com a ocupação desordenada, irregular e crescente, com a exclusão social e econômica, com a discriminação, e com a indiferença dos órgãos governamentais para com a criação e efetivação de políticas públicas específicas para a realidade vivenciada por esta população. Estes fatores propiciam a instalação da criminalidade, uma vez que se tornam locais de difícil acesso, adequados para esconderijos e facilitador de fugas.

Uma vez instalada a criminalidade, ela inicia o seu processo de controle das ações da comunidade, inculcando o medo e a violência no cotidiano da população que reside próxima a ele. As ameaças se fazem constantes contra os moradores e trabalhadores, inibindo suas iniciativas de melhorias na comunidade, assim como desestrutura as associações de moradores e conselhos comunitários.

Segundo entrevista realizada com moradora e líder comunitária de uma das áreas de maior foco de violência no MMC, as associações comunitárias estão hoje, frente à situação de medo e ameaças constantes, quase extintas, as poucas que resistem, em comunidades com menor índice de violência, estão enfraquecidas:

Os criminosos não conhecem as atividades da comunidade e não querem conhecer. Assim também acontece com os projetos da associação de moradores e com os líderes comunitários, eles não conhecem o trabalho e não querem que se faça nada, porque têm medo que seja para denunciá-los à polícia ou para facilitar a entrada da mesma na comunidade. Sendo assim são pessoas agressivas com os líderes comunitários, sendo que em nossa comunidade essas lideranças não podem aparecer e estão amedrontadas com as constantes ameaças. (entrevista concedida à autora, outubro de 2004).



Assim, estas comunidades, que não são atendidas pelos órgãos responsáveis pela garantia e efetivação de direitos inerentes a todos os cidadãos, fazem um esforço gigantesco para, a partir de iniciativas próprias, construir meios que lhes garanta melhores condições de vida e diminua a violência. No entanto, essas iniciativas contam com um número pequeno de colaboradores, uma vez que são ameaçados pela criminalidade presente. Mesmo com o medo, estas comunidades conseguem realizar ações na busca da qualidade de vida:

Algumas vezes nos reunimos pra discutir alguns pontos necessários, como um mutirão para arrumar a rua ou para a reforma de casas que já estão correndo risco de desmoronamentos, mutirões de limpeza de terrenos baldios assim como de reflorestamento, discussões referentes à necessidade de maior número de vagas na creche e nas escolas. Mas infelizmente não podemos fazer muito mais que isso, porque já ficamos muito visados, correndo até mesmo, risco de vida. (liderança comunitária em entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Como se não bastasse a violência sofrida, por estas comunidades, através das ameaças e do convívio com a criminalidade, ainda existem outros fatores que geram medo e interferem na vida desta população. Um destes, são as ações violentas da polícia contra a comunidade. Segundo Coronel da polícia militar, entrevistado neste trabalho, se confirma que na força policial existe o preconceito de que todo morador de comunidades empobrecidas é um possível criminoso. Sendo assim, suas ações se tornam violentas para com todos, pois todos são suspeitos e possíveis ameaças para a polícia.

Quando perguntamos na entrevista com a mencionada líder comunitária, sobre a ação policial e sobre a relação desta com a comunidade, percebemos com clareza que as ações policiais são violentas e mais um dos geradores de medo nas comunidades:

A polícia entra sempre na comunidade de forma muito agressiva, eles chegam revoltados, com arrogância e fazem muita ruindade. E ainda acham graça, ficam rindo, da ruindade que fazem. A polícia militar é agressiva e coloca todo mundo na revista, mas a polícia civil é bem pior, porque batem nas pessoas, não importa se são inocentes ou não, trabalhadores ou vadios, crianças, adultos, mulheres, todos que passam pela frente. (liderança comunitária, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

E ainda continuando sobre o assunto, ela expõe sua indignação e sentimento de impotência:

Não é com agressividade que vai resolver o problema ou que o menino vai melhorar, vai trocar de vida. Se tem que prender, prende, leva; mas não bate, não expõe o menino. Porque para a mãe, filho nunca é bandido, é sempre uma criança que precisa de proteção. Às vezes eu me revolto, tenho vontade de ir até a polícia que está batendo e pedir para parar, mas daí eu penso que vou acabar me prejudicando se fizer entregas com eles. Então o que a gente faz é ir pra dentro de casa e rezar, pedir pra Deus abençoar. O que mais se pode fazer? (liderança comunitária, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Temos hoje, em Florianópolis, uma força policial defasada, desarticulada e mal preparada para as ações na cidade. Assim também como os mecanismos de denúncia e de investigação policial enfrentam sérios problemas de negligência e sigilo:

Hoje temos a “Ronda” nos morros, que se define pela abordagem ostensiva. Temos destacados para a Ronda, 2 equipes, cada uma com 5 policiais. Cada equipe atua em uma área do morro, uma na parte norte e outra na parte sul. Estas equipes fazem a ronda diariamente. Infelizmente temos um pequeno contingente, como se percebe, para fazer este trabalho tão desgastante e muitas vezes perigoso. Esporadicamente são feitas ações de choque - polícia de choque -, estas são para eliminar algum ponto de venda de drogas, para buscar armamentos, para prender criminosos, enfim, são ações mais críticas, mais duras. Ocorrem geralmente quando se tem alguma denúncia ou quando ocorrem ações mais violentas nos morros causadas por criminosos.

No entanto, as denúncias são poucas, quase raras. E tem uma razão, que é a insegurança que as pessoas sentem residindo em tais comunidades e convivendo diariamente com a violência. Assim também como a falta de confiança na polícia, que algumas vezes se apresenta corrupta. Outro fator com que faz que sejam poucas denúncias são os meios para tal: a polícia tem um telefone 0800-481717 para as denúncias, mas devido ao grande número de trotes e de informações desconstruídas, se exige a identificação. Assim as pessoas ficam amedrontadas que as informações repassadas “vazem”, ocasionando a elas e suas famílias sérios danos, pois em geral vivem próximas aos locais onde fizeram a denúncia ou são conhecidos da família e dos jovens que estão cometendo infrações. Se tais informações saem do anonimato estas pessoas que fizeram a denúncia correm sérios riscos de vida; isto já ocorreu. (Cel. DalBosco, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Neste sentido, sabe-se também que existe nas comunidades que convivem com o crime de forma tão próxima e cotidiana, a chamada Lei do Silêncio. A criminalidade impõe métodos tão violentos e repressivos na vida diária das pessoas que estas, se percebem

obrigadas a conviver com a violência, não denunciando para que não ocorra contra elas ou sua família ações vingativas. A isto se soma a dificuldade de transitar de uma comunidade para outra, impedindo a efetivação dos direitos de ir e vir e de livre expressão, direitos estes garantidos na Constituição Federal de 1988 a todos os cidadãos brasileiros. Assim, pode-se afirmar que a violência deixa de localizar-se em torno de um fato singular, de uma vítima particular, mas ela vai globalizando-se, dominando e violentando diversas pessoas, diversas organizações, numa multiplicidade de atos violentos.

Outro direito não garantido para esta população é a autoridade diante de sua propriedade privada, sendo que por vezes, elas são invadidas por indivíduos infratores da lei e até, em casos mais extremos, expulsos de sua propriedade por se constituir aquele local, um ponto estratégico para o tráfico de drogas.

A violência urbana não deixa ninguém de fora de seu círculo de horrores, e as crianças, pessoas em formação, são as que mais sofrem com a violência, segundo líder comunitária entrevistada:

As crianças são as mais prejudicadas com a violência na comunidade. Em geral elas ficam assustadas com o armamento pesado com que a polícia sobe nos morros, e tem sempre que fugir, senão os mais revoltados batem nelas. (liderança comunitária, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Não podemos nos esquecer que estas crianças são também aquelas que sofrem com as ameaças da criminalidade e com a qual muitas vezes se vêem obrigadas a colaborar. Sua colaboração se dá por dois motivos: a) pela necessidade de dinheiro para auxílio nas despesas familiares ou para conseguir objetos desejados; b) pela ociosidade, falta de oportunidades, carência de espaços de lazer, e a ausência de garantia de acesso, permanência e condições de aprendizagem nas escolas públicas.

As ações realizadas pelas comunidades conjuntamente com o FMMC procuram, segundo Groh, na mencionada entrevista, “passar formas de trabalhar uma cultura de paz e

cooperação, de discutir valores, para tentar reverter esse quadro a que as crianças estão expostas diariamente, numa cultura que valoriza a violência".

Como último fator de interferência, causado nas comunidades carentes pela criminalidade, mas não de menor importância, temos o preconceito sofrido por esta população e a denigração da imagem do bairro.

A mídia tem divulgado diariamente as ações criminosas e policiais nas comunidades do MMC. Esta divulgação denigre a imagem das comunidades, pois em sua maioria dá ênfase nas ações violentas ocorridas nestas localidades, mas quase não divulga as manifestações em favor da paz e os projetos desenvolvidos pelas mesmas para a diminuição, para não dizer solução, das questões abordadas acima.

Neste sentido, termino este item com uma afirmativa de Groh, a qual demonstra que mesmo sendo as comunidades empobrecidas, localizadas no MMC, sofredoras de constante violência e reféns do medo, desmobilizadas e desarticuladas em razão do tráfico instalado em suas comunidades, e marcadas pelos traumas e deficiências que o medo insere em suas vidas, ainda existem aqueles que não se deixam abater e lutam, conforme suas possibilidades, para a garantia de melhores condições de vida.

Florianópolis tem duas realidades: a do concreto armado, verticalizada; e a da cidade quase invisível, do labirinto, aonde não chegam os equipamentos da cidade urbana. A segunda é a cidade que se organiza, que é negra, cabocla, açoriana. Tem injustiça social, mas é a cidade da esperança, porque há o elemento criativo. (Pe. Wilson Groh, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

### **3.2 Interferências para o trabalho do FMCC**

Diante das realidades apresentadas acima, de violência, de medo, de preconceitos, de falta de políticas públicas, de transtornos causados pelo medo e insegurança no cotidiano das comunidades residentes no MMC, a fixação e fortalecimento crescente da criminalidade nestas comunidades, e muitos outros fatores que não foram abordados neste trabalho, tornam dificultosa a garantia de uma vida saudável e com qualidade.

Neste sentido também, torna-se difícil à realização de trabalhos nas comunidades, pois, com a criminalidade presente e constante no dia-a-dia da população, abrindo novos espaços e apropriando-se de outros, as relações e ações comunitárias tornam-se precárias. As associações de moradores e centros comunitários vão perdendo espaços dentro das comunidades, assim como perdem a participação de grande percentual de moradores. Suas dificuldades iniciam com a mobilização da comunidade, mesmo sendo realizado um trabalho de divulgação e informação sobre as reuniões e discussões da associação, muitos moradores não se fazem presentes, nem participam por medo de repressões por parte da criminalidade.

Com a pouca participação popular nas discussões, as ações tornam-se precárias e remotas. Quase sem participação e com dificuldades para a realização de trabalhos, a associação vai perdendo a credibilidade da comunidade e como última conseqüência, acaba se desmobilizando, ou seja, não realiza mais trabalhos.

Assim sendo, com a perda de espaços comunitários, com a desmobilização da comunidade e de suas ações, ocorre um enfraquecimento no movimento comunitário como um todo. Não apenas a comunidade que perdeu sua associação de moradores ou seu centro comunitário enfraquece, mas o movimento comunitário na cidade enfraquece e perde espaço de mobilização. Conseqüentemente vai perdendo também espaço de discussão e reivindicação frente aos órgãos governamentais, as instituições públicas e privadas e frente a sociedade civil.

Além destes fatores que ocorrem dentro das dinâmicas comunitárias, que interferem e influenciam negativamente no trabalho realizado pelo FMMC, existem ainda outros dificultadores.

Estes iniciam-se com a dificuldade de acesso à comunidade, que, por não ter garantido seus direitos e não ser devidamente atendida pelos órgãos públicos, possui em

sua maioria ruas estreitas, mal planejadas e sem conservação, verdadeiros labirintos. Acrescenta-se a isto, a precariedade de transporte público para acesso a estas áreas, sendo que muitas vezes, o acesso só se faz possível caminhando longos trajetos.

Temos ainda a precariedade da iluminação pública, que é mais um dos fatores causadores de medo. Muitas vezes esta deficiência na iluminação se dá pelas ações de vandalismo daqueles que estão envolvidos com a criminalidade.

Soma-se a estas problemáticas a insegurança para realização de trabalhos nas comunidades. As reuniões tratam de assuntos pertinentes a comunidade e buscam a melhoria de suas condições, no entanto, como já foi tratado anteriormente, as atividades que envolvem grande número de pessoas são reprimidas. Tanto os moradores quanto os colaboradores sofrem ameaças, colocando em risco a própria segurança.

A polícia não consegue, devido à precariedade de recursos humanos e materiais, se fazer presente deixando a comunidade à mercê da criminalidade.

Com a defasagem na segurança pública, é comum ocorrerem tiroteios nas comunidades e manifestações que representam a força e a dominação do crime frente à comunidade, à cidade e a sociedade em si. Assim como são comuns as repressões sofridas por aqueles que buscam alternativas para a diminuição da criminalidade nestas comunidades. Tais atos desesperam, sufocam o movimento e as lideranças comunitárias. Muitas vezes as pautas das reuniões precisam ser alteradas, abrindo espaços para desabafos e lágrimas.

No entanto, como avaliação de todo esse processo, de avanços e retrocessos nos trabalhos comunitários e nos trabalhos do FMMC, temos nos documentos do próprio FMMC – que são declarações dos seus participantes – evidenciando como essa realidade se faz presente devido à política pública adotada pelo nosso governo, política esta que traz em sua conjuntura, ações excludentes, paternalistas, assistencialistas, clientelista e que não

visam a garantia de direitos. No entanto, é relevante destacar que, mesmo convivendo nesta e com esta realidade, o FMMC e as comunidades produziram muitos projetos e criaram espaços de divulgação e discussão de sua realidade, sendo que hoje, já temos grandes avanços na perspectiva de transformação desta, inclusive com a participação dos governos municipais e estaduais.

### **3.3 O trabalho do Serviço Social no âmbito da Violência**

A cada dia, novos horizontes e novos campos de trabalho vão surgindo para o Serviço Social, e não apenas para ele, mas para uma gama de outras profissões. Com as transformações da sociedade e de suas relações, transformam-se também as demandas de trabalho para o Assistente Social, e conseqüentemente seus processos de trabalho. Necessita dessa forma, da reformulação constante e consciente de suas bases teórico-metodológicas e dos seus instrumentais técnico-operativos para a garantia de atendimento, de forma adequadas às novas e reformuladas “questões sociais”, conforme afirma Arcoverde (1999, p. 75-78):

A questão social vem sendo reforçada, renovada, pelos conflitos gerados a cada momento e que a ela se incorporam [...], é construída e reconstruída nos marcos de determinação, da organização da sociedade de referência onde se encontram implicados – a nação, o Estado, a cidadania, o trabalho e, por que não dizer, o gênero – devendo ser considerada criticamente, seja para conferir continuidades, seja para provocar mudanças na e da própria sociedade.

Neste sentido, destacamos que o Serviço Social e o trabalho do Assistente Social no âmbito da violência vem se atualizando, na busca de significativas respostas para as situações sociais vivenciadas, pois, segundo Silva (2004, p.134), “o assistente social é o profissional que lida com situações que produzem e reproduzem a violência nas suas mais variadas dimensões [...] o Serviço Social como profissão e a intervenção coordenada pelo profissional interagem e interferem nesta dinâmica”.

Assim, é imprescindível trabalhar com a temática da violência de forma integrada, como a profissão já realiza em diversas outras expressões da questão social, não enfocando e tratando a violência isoladamente, ou seja, como um fenômeno pontual e localizado, mas como uma questão socialmente produzida, a qual demanda a necessidade de trabalhá-la em forma de rede, conhecendo e articulando com as suas mais variadas manifestações.

Portanto, o trabalho multidisciplinar se faz necessário e é uma importante estratégia para a resolução deste problema social. A ação multidisciplinar é um instrumento poderoso que permite intervir na realidade social articulando diferentes campos do conhecimento, estudando e levantando, coletivamente, os procedimentos necessários para intervenção, sem perder de vista a especificidade de cada área de atuação e assim garantindo uma verdadeira transformação da sociedade relacionada com a violência.

Para trabalhar com as questões da violência na sociedade, o Assistente Social precisa, além da apropriação das bases teórico-metodológicas, dos instrumentais técnico-operativos e de outras atribuições inerentes a todas as áreas de atuação profissional, ser um profissional competente, com disposição e habilidade para lidar com os imprevistos e adversidades. Requer sensibilidade do profissional e a capacidade para desenvolver vínculos, que são os meios pelo quais as relações com as comunidades se dão. Acrescenta ainda Iamamoto (2001, p.49), “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica: não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade”.

Outra exigência é a sua desvinculação com o conservadorismo e com as ações preconceituosas e mistificadas historicamente. Uma postura ética deve integrar a atuação dos profissionais, evitando os pré-conceitos ou juízos de valor. Ser um profissional crítico, conhecedor da realidade na qual está trabalhando e formulador de projetos e políticas públicas, na defesa dos princípios do código de ética da profissão – liberdade, democracia,



igualdade e equidade social –, são mais que exigências, são requisitos essenciais para o trabalho com e na sociedade.

### **3.4 Possibilidades de Solução**

Fazem-se presentes hoje em nossos sonhos e idealizações algumas medidas para a amenização e solução desta realidade posta pelo medo e pela insegurança, realidade cruel e motivadora de vários problemas, tanto sociais quanto físicos e psíquicos.

Alguns já estão sendo postos em andamento, outros se encontram planejados e organizados, faltando apenas a sua efetivação, e outros ainda estão impressos em nossa mente como sonhos a serem alcançados.

Não sabíamos por qual possibilidade de solução começar, tentando decifrar que caminho seria o mais acertado para dar respostas às necessidades expostas acima. No entanto decidimos iniciar pelo sonho, que não deveria se configurar sonho, mas realidade. Ou seja, decidimos iniciar pela necessidade de se fazer efetiva a inclusão social das comunidades do MMC e dos seus moradores nos projetos e discussões da cidade, numa democratização de acessos, como verdadeiros cidadãos e bairros constituintes da mesma, geradores de bens e demandatários de serviços.

Com a inclusão desta população nos processos da cidade, inicia-se a garantia de direitos, direitos estes que constituem outro sonho e outro meio para a solução da violência na sociedade. Os direitos e deveres dos cidadãos estão garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil, no entanto eles não são efetivados, conseqüentemente não são garantidos fora das páginas da mesma. Sem a devida garantia de direitos, os moradores do MMC não se constituem com verdadeiros cidadãos e ficam de fora da sociedade em si e das atividades desta.

Em uma sociedade verdadeiramente democrática, a garantia de direitos e a oportunidade de viver com dignidade devem ser oferecidas sem distinção.

Neste sentido afirma Kelly Cabral: “Se os cidadãos do MMC e de tantas outras áreas empobrecidas contassem com a garantia de direitos, nem seria necessária à implantação de projetos de inclusão social. Como a realidade é outra, que tenham sucessos os projetos”. E completa Groh “há uma linha invisível que separa o morro da cidade bonita. Mas existe o morro porque há uma estrutura que exclui as pessoas. E essa exclusão está matando nossos jovens, que estão tendo seus sonhos abortados”.

Entre aquelas outras possíveis soluções para a violência, encontram-se elaborados muitos projetos do FMMC e de outras instituições e/ou indivíduos preocupados com a concepção de perspectivas. Destacaremos neste trabalho apenas os projetos desenvolvidos pelo FMMC e por seus colaboradores, os que já formam grande contingente de idéias.

Amplos, os projetos prevêem medidas nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e meio ambiente, geração de trabalho e renda, lazer e segurança. As atividades devem ser desenvolvidas em conjunto com os governos Municipais, Estaduais e até Federal, contando também com a colaboração de outras instituições públicas como Tribunal de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, universidades, entre outras, conta ainda com a colaboração de instituições e organizações privadas e a sociedade civil. Um verdadeiro mutirão para mudar a situação de violência e medo, não apenas das comunidades empobrecidas, mas de toda a cidade.

Os principais projetos são:

- a) Projeto Escola Aberta;
- b) Projeto de Inclusão Digital de Jovens do Maciço do Morro da cruz;
- c) Projeto Rádio-Escola: Uma perspectiva de Interação entre o ato de comunicar-se via sistema de som e a formação para a cidadania;

- d) Projeto: Formação dos Professores – alternativas comunitárias de enfrentamento a violência;
- e) Plano Diretor adequado à realidade das Encostas de Florianópolis;
- f) Projeto de Geração Comunitária de Renda e Desenvolvimento Sustentável através da Reciclagem de Resíduos Sólidos no Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis – Santa Catarina;
- g) Projeto de Pesquisa Sócio-Econômica das Áreas de População em Situação de Risco Social, no Estado de Santa Catarina; e
- h) Projeto de Implantação de Polícia Comunitária no Maciço do Morro da Cruz.

Além destes projetos que visam a criação de políticas públicas, muitas outras propostas buscando esta mesma garantia foram elaboradas, sendo que temos no Plano de Desenvolvimento Social para as Áreas Empobrecidas de Florianópolis, um resumo destas, que buscam traçar ações na linha da segurança pública em dois aspectos: ações policiais e ações sociais.

Ações Policiais: a) Emergenciais: policiamento ostensivo, permanente e continuado nas ruas, servidões, vielas e becos das comunidades, prioritariamente aquelas em situação de maior risco (Morros do Mocotó, Costeira, Monte Serrat, Mariquinha, Horacio, Servidão Quebra Pote, Servidão Nova Descoberta, e região do Monte Cristo); ações de desarmamento em conjunto com o Poder Judiciário; policiamento 24 horas; constituir equipe de inteligência da polícia, a fim de dismantelar e desorganizar o crime organizado, no ato do recebimento das armas e drogas; cumprimento dos mandados de busca e apreensão de armas e equipamentos utilizados pelo tráfico e os mandados de prisão, inclusive dos jovens fugidos dos estabelecimentos de reeducação; b) Seqüenciais: construção de equipamentos policiais e policiamento comunitário contínuo nas comunidades, a fim de se estabelecer vínculos com os moradores; programas adequados de

inclusão e ressocialização dos adolescentes e jovens infratores; policiamento instruído com visão social e humana, a fim de atuar na solução de pequenos conflitos e ser o primeiro vínculo de ligação entre o Estado e a sociedade.

Ações Sociais: a) Educação: plano estratégico, técnico e operacional para todas as escolas estaduais que atendem as demandas das áreas em conflito; capacitação permanente do corpo técnico das escolas estaduais; restabelecer a função social das escolas como espaço de convivência comunitária em tempo integral. através do desenvolvimento de ações não só de cunho educacional, mas com atividades esportivas, extraclasse, capacitação e profissionalização, creches, alfabetização, supletivo, pré-vestibular e demais atividades que atendam as necessidades de sócio-convivialidade das comunidades; estabelecer formas de incentivo para os professores e demais técnicos que trabalham nas escolas do maciço, como incentivos financeiros, bolsas de estudo como qualificação e especialização, promoções, etc; reavaliar a rotatividade dos professores, fazendo com que diminua a troca dos mesmos, criando assim vínculos mais profundos entre as crianças e jovens, professores e a própria comunidade; criação e reutilização dos espaços vazios urbanos e já construídos para a concretização de áreas de lazer multiuso, para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e comunitárias de modo geral; criação ou reutilização de programas de bolsas para o incentivo daqueles que estiverem vinculados aos projetos – Bolsa de Incentivo Social; continuidade e ampliação para toda a rede estadual e municipal de educação do Projeto Sabor e Saber – Merenda Escolar sem Agrotóxico; criação de critérios para a avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho das escolas; avaliação periódica dos diretores, professores e técnicos em relação ao Plano de Desenvolvimento dos objetivos da área de educação; criação de projetos de Inclusão nas escolas, projetos adequados à realidade e que proporcionem aos alunos um maior incentivo na continuidade de seus estudos, objetivando o seu afastamento da criminalidade.

b) Saúde: programas de Planejamento Familiar, educação sexual, aleitamento materno, prevenção das DST e demais doenças possíveis de prevenção; ações e programas de educação alimentar para combater a desnutrição e outros problemas provenientes das carências nutricionais; programas para combater o uso de drogas; programas de higiene e limpeza; continuidade nos programas de vacinação de massa; distribuição de anticoncepcionais e preservativos para as famílias.

c) Infra-estrutura e Meio Ambiente: solicitação das Cartas Digitais para a realização do mapeamento socioeconômico e geográfico de toda a região para a identificação das casas, ruas, servidões, matas e demais, possíveis de serem visualizados nas fotos aéreas, para a elaboração de um ampliado programa de desenvolvimento urbano nessas áreas, objetivando levar a infra-estrutura básica de saneamento, calçamento, denominação das ruas, numeração das casas e demais benfeitorias necessárias para o desenvolvimento de outras ações (por exemplo, o policiamento), assim como para restabelecer a dignidade e a qualidade de vida das pessoas; iluminação pública e água encanada de maneira emergencial nas áreas ainda não contempladas; incentivar através da articulação nas três esferas de governo da implementação do Estatuto da Cidade e demais leis que regulamentem a situação das áreas ocupadas irregularmente e, principalmente, para garantirem o remanejamento de casas em situação de risco, propiciando a partir daí um maior controle no que diz respeito a garantir a qualidade de vida para as pessoas que já residem, impedir novas ocupações e preservar o ambiente ainda não degradado (articulação junto ao ministério das cidades); desenvolvimento de ações de reflorestamento e embelezamento nas áreas para a criação de pontos turísticos e trilhas ecológicas nas áreas do maciço.

d) Geração de Trabalho e renda: cursos de capacitação e profissionalização para jovens e adultos (homens e mulheres) relacionados ao atendimento do mercado de trabalho local,

cursos de: gerenciamento para empreendimentos produtivos; gastronomia; informática; artesanato de alto padrão; comercialização e marketing; jardinagem; áreas ligadas ao turismo (cursos de camareira, garçom, copeiro, etc.); línguas (espanhol e inglês). Através de projetos específicos de responsabilidade social junto às empresas públicas e privadas de Santa Catarina, desenvolver programas de estágio, primeiro emprego e principalmente utilização do espaço das empresas para o desenvolvimento de cursos de capacitação, assim como o financiamento de projetos vinculados de reflorestamento e desenvolvimento do turismo.

e) Esporte: desenvolvimento de atividades esportivas nas várias modalidades, incentivando a concretização de times e ligas profissionais.

Defendendo a implantação de tais projetos, coloca a Assistente Social do FMCC, Kelly Cabral, "não precisa muito dinheiro para fazer programas de inclusão. Basta canalizar recursos já existentes para a implantação de políticas públicas". Enfatiza ainda Cel. DalBosco, coordenador do projeto de Polícia Comunitária para o MMC, no relato sobre o projeto:

Quando fizemos o projeto ouvimos as comunidades, fizemos várias reuniões para sentir quais suas expectativas e quais as necessidades em cada uma das comunidades, assim como conseguimos estabelecer em quais se fazem mais urgentes e por onde deve ser iniciada. O projeto já está pronto e nas mãos dos responsáveis pela implementação desde o início deste ano. Está orçado, sendo seu custo baixo dado as vantagens que se garante com ele. Assim não se faz necessária nenhuma parceria para a implantação de tal, uma vez que existem verbas específicas para a segurança pública e, como já dito, seus custos são baixos. Está completo e com o aval das comunidades, só falta realmente a vontade política para implantá-lo. (Cel. DalBosco, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Segundo avaliação obtida em entrevista com Groh, fica claro que:

As ações governamentais têm deixado muito a desejar, pois diante dessa multiplicidade de projetos, raros são os que foram implantados. Hoje, as políticas que estão dando maiores condições para o enfrentamento da violência e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do MMC, são as políticas na área da educação. Nós conseguimos através das articulações das escolas entre si e da relação dos professores com as comunidades, operacionalizar projetos em que estamos, sem dúvida,

diminuindo as ações de violência nas escolas. Agora, do ponto de vista das ações do Estado, este não consolidou com suas promessas de efetivação dos projetos. (Pe. Vilson Groh, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

É de grande relevância ainda, destacar que, uma nova possibilidade de solução para as situações relatadas de violência, medo e desmobilização comunitária, está sendo paulatinamente buscada e alcançada. Estas são as formações de Redes de Trabalho, que tem procurado envolver as igrejas, escolas, creches, ONG's, entre outras organizações existentes nas comunidades, na busca de melhores condições para as comunidades. Este trabalho reflete muito às ações do FMMC e traduz seus passos, lembrando a atuação deste no início de sua jornada e manifestando suas expectativas e crenças no trabalho comunitário integrado para a solução dos problemas postos hoje em nossa sociedade.

No entanto, e para finalizar, retorno ao Cel. DalBosco que afirma e traduz aquilo que já há muito tempo vêm relatando as comunidades empobrecidas e o próprio FMMC:

A primeira política que deve ser implementada para solucionar os problemas, tanto de violência quanto sociais nos morros e áreas carentes, é a polícia comunitária. Com a polícia comunitária se restabelece a ordem destas comunidades, pois cada um irá conhecer o outro e o que este faz, diminuindo a sensação de medo das comunidades em relação aos policiais e exterminando o sentimento dos policiais de que todos nesta comunidade estão contra o trabalho da polícia. Gera-se assim uma confiança mútua, restabelece-se a ordem nestas comunidades e garante a implantação de outras políticas públicas nestas áreas. A polícia comunitária dá suporte para que sejam implantadas políticas públicas básicas nas comunidades, garantindo uma maior qualidade de vida para a população. Como podem hoje, os órgãos públicos instalarem novos postos de saúde, ruas, iluminação pública e até melhoramentos nas escolas se não há segurança para se entrar nas comunidades? (Cel. DalBosco, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

Gostaria ainda de enfatizar que muitas são as possibilidades e as soluções para as realidades postas hoje para as comunidades empobrecidas, enfraquecidas e desmobilizadas pelo medo. Muitas outras alternativas e propostas, além destas destacadas neste trabalho, foram sugeridas por moradores, técnicos, colaboradores entre outras pessoas preocupadas com as direções em que a sociedade esta seguindo frente à dominação da criminalidade e

do medo. No entanto, nossos governantes e a elite econômica, insistem em não efetivar direitos sociais e políticas públicas, visando à apropriação privada da riqueza e acentuando as disparidades sociais.



## (IN) CONCLUSÕES

As afirmativas, os dados e as realidades expostas acima revelam e comprovam o fato de que a violência apresenta-se crescente, em particular nas áreas de maior concentração urbana. A agressividade das ações cotidianas e a intolerância estão nos transformando numa sociedade cruel, e esta verdade não poderia ser diferente frente às negações de direitos individuais e/ou coletivos que afrontam à cidadania e degeneram as relações sociais.

Portanto, ao abordarmos a questão da violência urbana, buscamos destacar que são uma série de fatores, apontados neste trabalho, que ocasionam e dão sentido e aprofundam as situações de violência sofridas por todos nós, por toda a sociedade. São as distorções no plano social, econômico e político de nosso país os grandes responsáveis pela geração e afirmação das questões sociais.

Os altos índices de violência, que são verdadeiros atos de terror, representam a banalização e a omissão das instituições governamentais. Desta maneira, o crime organizado, através do terrorismo e da corrupção, prossegue impunemente sua empreitada delituosa, criando uma sociedade paralela, detonando a legitimidade do Estado. A desestrutura das polícias, a corrupção administrativa - ressalvada a atuação heróica de incontáveis homens honestos -, a falta de políticas e projetos sociais destinados à população carente confortam o livre crescimento dessa estrutura podre e viciada.

O fenômeno da violência é abrangente. E em seu contexto propaga o medo e a insegurança nos cidadão que convivem diariamente com as suas manifestações. Esta insegurança generalizada e o sentimento do medo produzem efeitos deletérios contra o corpo e a pessoa humana, assim como ao próprio convívio social. Não são raras às vezes em que as situações de medo e a insegurança provocada pelos altos índices de violência

degeneram as estruturas tanto pessoais e psicológicas, quanto com as estruturas sociais, desmobilizando e inibindo ações sociais.

Faz-se necessária a urgente transformação desta realidade, que somente se fará possível através da garantia dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Assim sendo, é com a implementação de políticas públicas eficientes para atendimento das demandas básicas da população brasileira, no sentido de proporcionar melhores condições de vida, que se efetivarão o direito.

No entanto, enquanto ainda não estão concretizados estes direitos e não se fazem prioridades de nossos governantes efetivá-los, faz-se necessária à mobilização da sociedade para a reivindicação destes direitos.

A situação social vivenciada hoje é extremamente precária de direitos, sendo que os movimentos sociais, necessitam buscar primeiramente alternativas próprias para mobilização da sociedade que burlem, de maneira oculta, o poder paralelo estabelecido pela criminalidade nas comunidades mais carentes. Assim, como segundo passo, elas reivindicam segurança pública, investimentos na educação, na saúde, a garantia de serviços básicos (saneamento, energia elétrica, água, infra-estrutura básica, projetos e programas que propiciem a geração de emprego, melhorias na cidade e no meio ambiente) entre outras ações que diminuiriam e, por que não dizer, solucionariam a violência e a precariedade social.

Enquanto estes direitos não se fazem efetivos, convivemos com uma estrutura precária e que não nos proporciona segurança para realizarmos nossas tarefas na sociedade. Ninguém esta e se sente seguro com esta organização social que nos está sendo imposta. A maior decepção gerada atualmente pelo conhecimento, é saber que as soluções para esta realidade conturbada existem e são de fáceis concretizações, no entanto simplesmente não

são realizadas, gerando-se assim a dúvida que permeia a todos os âmbitos da sociedade:  
Por quê?

Gostaria de salientar ainda neste trabalho, que durante a elaboração do mesmo, os números de homicídios se alteraram, e devem ser alterados muitas outras vezes até a defesa do mesmo. Os números passaram de 153 (dados dos primeiros oito meses do corrente ano) para 163 homicídios na grande Florianópolis.

Para finalizar, deixo como proposta, para aqueles que se interessaram e gostariam de realizar pesquisas no âmbito da violência urbana de Florianópolis e do MMC, o resgate histórico das notícias de violência divulgadas nos jornais e revistas da capital, a partir de 1999 até hoje. Este resgate não se fez possível neste trabalho, mas foi manifestado pela liderança comunitária entrevistada como de grande importância para o movimento comunitário:

Muitas vezes ocorrem atos violentos na comunidade e são divulgadas e alardeadas por toda a cidade, causando indignação e a vontade de solucionar esta realidade em todos os cidadãos. No entanto, alguns dias depois, todos se esquecem do ocorrido, não solucionado nada. Eu guardo estes jornais, pois são documentos, e documentos não podem ser esquecidos. É a forma que utilizo para buscar frente às instituições públicas soluções para as necessidades por que passamos. (liderança comunitária, entrevista concedida à autora, outubro de 2004).

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate. **In: CEM. Travessia: revista do migrante.** São Paulo, Ano V, Nº 13, mai./ago. de 1992.
- ARCOVERDE, A. B. Questão Social e Serviço Social. **In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2.** Brasília: CEAD,1999.
- ARENDT, H. **Sobre a Violência.** Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará,1994.
- BAPTISTA, M. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras Editora, 2002.
- BRASIL. **Constituição Federal Do Brasil, 1988.** Ed. Atual. 1998, Brasília: Senado Federal, 1998.
- CABRAL, K.C. **O outro lado da Qualidade de vida – a pobreza e a desresponsabilização do Estado: uma experiência junto às comunidades da periferia de Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- CENTRO DE ESTUDOS, CULTURA E CIDADANIA. **Uma Cidade Numa Ilha: Relatórios sobre os Problemas Sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: CECCA\_Insular. 1997.
- DEMO, P. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.** São Paulo: Editores Associados, 1995.
- FAIRCHILD.H. P. **Dicionário de Sociologia.** México: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FLORES, L. F. **Da constituição do conceito de violência.** Rio de Janeiro: Edições Pinakothke, 1982.
- FÓRUM DA CIDADE. **Relatório do I e II Fóruns da Cidade.** Florianópolis, 2001, 2003. (mimeo).
- FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ. **Atas das reuniões dos anos de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.** Florianópolis. (mimeo).
- GOHN, M. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GUIMARÃES, A.P. **As Classes Perigosas: banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

HALFPAP, D.M. **Alguns fatores de Deterioração Social no Processo Produtivo num Ambiente de Violência Urbana.** Dissertação. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JACOBI, P. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ODALIA, N. **O que é Violência?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARCONI, M., LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1982.

MICHAUD, Y. **A Violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MORAIS, R. **O que é Violência Urbana.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NETO, A. M. Q. **A Internalização da Violência.** In: **Tempo e Presença n268.** Rio de Janeiro: CEDI, 1993.

VIANA, N. **Região lidera violência – 62% dos crimes registrados até junho ocorreram na Grande Florianópolis.** In: **Jornal A Notícia.** Florianópolis: 26 de outubro 2004.

PUTY, Z. BARCELLOS, C. DANIEL, E. **Violência Urbana.** Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

ROSA, F. **Criminalidade e Violência Global.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2003.

ROUX, G. **Ciudad y violencia en América Latina.** Santafé de Bogotá. **Cuadernos de salud y desarrollo, n. 2, ago.1994**

SANTA CATARINA. Instituto de Planejamento Urbano (IPUF). **Perfil das Áreas Carentes – ilha e continente.** Florianópolis, Relatório, Coordenadoria de Planejamento Habitacional, 1993.

SANTA CATARINA. Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSPDC). **Levantamento de vítimas de homicídios na grande Florianópolis.** Florianópolis, SSP, set. 2004.

SILVA, J.F.S. **Violência, Serviço Social e Formação Profissional.** In: **Serviço Social e Sociedade. Ano XXV, n79.** São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (Des) **ajuste global e modernização conservadora.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

**ANEXO**

# FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

